

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMIENTO SUSTENTÁVEL



RELATÓRIO DE PAÍS ARGENTINA 2018 Resumo

Autoridades

Presidente da República Argentina

Ing. Mauricio Macri

Chefia de Gabinete de Ministros

Lic. Marcos Peña

Ministério da Agroindústria

Dr. Luis Miguel Etchevehere

Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Lic. Sergio Bergman

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva

Dr. Lino Barañao

Ministério da Cultura

Lic. Pablo Avelluto

Ministério da Defesa

Dr. Oscar Aguad

Ministério do Desenvolvimento Social

Dra. Carolina Stanley

Ministério da Educação

Dr. Alejandro Finocchiaro

Ministério de Minas e Energia

Ing. Javier Iguacel

Ministério das Finanças

Lic. Luis Caputo

Ministério da Justiça e Direitos Humanos

Dr. Germán Garavano

Ministério da Fazenda

Lic. Nicolás Dujovne

Ministério do Interior, Obras Públicas e Habitação

Lic. Rogelio Frigerio

Ministério da Modernização do Estado

Lic. Andrés Ibarra

Ministério da Produção

Ing. Francisco Cabrera

Ministério de Relações Exteriores e Culto

Emb. Jorge Marcelo Faurie

Ministério da Saúde

Dr. Adolfo Rubinstein

Ministério da Segurança

Dra. Patricia Bullrich

Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Lic. Jorge Triaca

Ministério do Transporte

Lic. Guillermo Dietrich

Ministério do Turismo

Lic. Gustavo Santos

**Conselho Nacional de
Coordenação de Políticas Sociais****Presidenta Honorária**

Dra. Carolina Stanley

Secretária Executiva

Dra. Gabriela Agosto

Equipe dos ODS nacional

Diretor Nacional: Di Pietro Paolo L.

Equipe: Brissón M.E., García Conde S., Pandiella G.

Revisão: Riggio A.

Conteúdo

| | |
|--|----|
| PRÓLOGO CHEFE DE GABINETE DOS MINISTROS..... | 5 |
| PRÓLOGO COORDENADOR RESIDENTE DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NA ARGENTINA | 6 |
| APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PAÍS ODS 2018..... | 7 |
| DADOS DO CONTEXTO INSTITUCIONAL..... | 9 |
| CONTEXTO MACROECONÔMICO..... | 10 |
| ANTECEDENTES DO RELATÓRIO DE PAÍS..... | 11 |
| ODS 6..... | 15 |
| ODS 7..... | 17 |
| ODS 11..... | 21 |
| ODS 12..... | 29 |
| ODS 15..... | 32 |
| ODS 17 | 38 |

Prólogos

Chefe de Gabinete dos Ministros

Na campanha presidencial de 2015, Mauricio Macri anunciou quais seriam os três grandes eixos do seu governo, caso fosse eleito presidente dos argentinos. Esses objetivos, que continuam vigentes, eram: pobreza zero, acabar com o narcotráfico e unir os argentinos.

Concomitante, o grupo de trabalho das Nações Unidas apresentou seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que coincidem no espírito e no detalhe com aqueles eixos do nosso governo e que nos têm servido nesses dois anos para organizar a gestão, escolher prioridades e oferecer um caminho de avanço para a população.

Essa coincidência demonstra que estabelecemos um bom ponto de partida e reflete, também, o espírito do presidente Macri e de todo o governo pela confiança nas instituições da comunidade internacional como guia para o desenvolvimento e a inserção inteligente da Argentina no mundo.

Por exemplo, o sexto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é “Água limpa e saneamento”. O Plano Nacional de Água, lançado em 2016, está realizando obras que aumentarão substancialmente a quantidade de moradias com acesso à água encanada e esgoto. O objetivo é que em 2023 todas as moradias urbanas do país tenham água encanada e que 75% tenham esgoto. O mesmo plano também adota outras recomendações dos ODS, como a conservação de água em estado compatível com a saúde e o meio ambiente e a proteção da população contra as inundações.

Com este relatório queremos mostrar quais são nossos objetivos como governo, o que estamos fazendo para alcançá-los e como muitas de nossas políticas se identificam com as melhores práticas da comunidade internacional. Mas também necessitamos que essa comunidade nos avalie e veja os avanços concretos que temos conseguido. Confiamos em nós mesmo e no caminho escolhido, mas também confiamos na opinião de nossos pares e em nossa capacidade de corrigir o rumo quando for necessário.

Lic. Marcos Peña

Chefe de Gabinete de Ministros

Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas na Argentina

Desde que a Agenda 2030 foi apresentada oficialmente na Chancelaria argentina, em 14 de março de 2016, o Sistema das Nações Unidas vem apoiando ativamente ao governo nacional no processo de difusão, adaptação e implementação da Agenda, em parceria com províncias, cidades e diferentes setores, sobrelevando o enfoque integral baseado em direitos.

Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) consagrados na Agenda nos convocam a abordar de maneira integrada as três dimensões básicas de desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental–, considerando tanto suas complementariedades como suas interações negativas ou “*trade-offs*”. Trata-se de assegurar que o desenvolvimento econômico seja equitativo e respeitoso com o meio-ambiente.

É importante considerar se os incentivos implícitos e explícitos que derivam das políticas econômicas e financeiras estão corretamente alinhados para impulsionar os investimentos públicos e privados necessários para o desenvolvimento sustentável. A falta de alinhamento de incentivos não somente afeta a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável, mas também as dimensões social e ambiental. Por isso faz-se necessário quantificar e dar visibilidade aos retornos positivos da inclusão social e da sustentabilidade ambiental de modo a incentivar o investimento nessas dimensões.

Entender como se distribuem os impactos das diferentes políticas é crucial para atender ao princípio de “não deixar ninguém para trás” consagrado na Agenda 2030. Nesse sentido, o desenvolvimento de políticas nas áreas do mercado de trabalho, na educação, nos sistemas de cuidado e proteção social é indispensável para não perder o progresso social alcançado.

Entretanto, essas políticas devem também assegurar o bem-estar de grupos específicos da população que enfrentam exclusões particularmente complexas, que vão além do nível de acesso e que costumam estar vinculadas com –mas não se limitam a– etnia, raça, cor da pele, orientação sexual, práticas e expectativas de gênero, deficiências físicas ou mentais, religião, nacionalidade e área de residência, entre outras.

Por isso, é fundamental compreender que o cumprimento dos ODS e o respeito aos direitos humanos estão interconectados. A Agenda 2030 promove um mundo no qual seja universal o respeito dos direitos humanos e a dignidade das pessoas, o estado de direito, a justiça, a igualdade e a não discriminação.

Nesse sentido, o espírito das agências do Sistema das Nações Unidas não é outro a não ser o de continuar apoiando com renovado compromisso o Governo Argentino, e todos nossos parceiros e contrapartes, nos seus esforços para atingir um desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável em todo o território nacional, “sem deixar ninguém para trás”.

Dr. René Mauricio Valdés

Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas na Argentina

Apresentação do Relatório de País ODS 2018

Em dezembro de 2015, o Presidente Macri, ao assumir a gestão, designou o Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais (CNCPS) para realizar a implementação nacional da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com a finalidade de cumprir essa missão, convidamos todos os ministérios e órgãos competentes do Estado para formar a Comissão Nacional Interinstitucional de Implementação e Acompanhamento dos ODS.

Esses dois anos transcorridos significaram um intenso trabalho de colaboração com as tarefas de adaptação das metas para o contexto social, seleção dos indicadores de acompanhamento e elaboração das fichas técnicas correspondentes.

O resultado deste trabalho consistiu na elaboração do Primeiro Relatório Voluntário Nacional, que foi apresentado pela Argentina no 2º Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas em julho de 2017, a um ano e meio de se estabelecer esta nova agenda de desenvolvimento.

Hoje temos orgulho de apresentar o segundo relatório de acompanhamento dos avanços argentinos rumo ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o que demonstra a seriedade com que o nosso país tem implementado esta iniciativa global.

O Relatório de País 2018 é fruto do compromisso e do trabalho articulado na definição do marco de monitoramento, das linhas de base e das metas, intermediárias e finais de cada indicador, dos 25 ministérios e organismos de governo que tem responsabilidade direta no alcance dos ODS.

O documento estrutura-se em função de cada um dos ODS selecionados pelas Nações Unidas para serem tratados no Fórum Político de Alto Nível 2018 (ODS 6, Água limpa e saneamento; ODS 7, Energia acessível e não contaminante; ODS 11, Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12, Produção e consumo responsável; ODS 15, Vida de ecossistemas terrestres; e ODS 17, Parcerias para implementação dos objetivos). Nesse sentido nota-se o avanço das metas priorizadas, descrevendo -se a situação inicial e sua evolução até 2017. Inclui-se também uma descrição das intervenções executadas para alcançar tais metas.

Como bem sabemos, a implementação desta Agenda e o alcance de seus objetivos requer a mobilização de recursos, o que inclui também uma análise do orçamento destinado aos programas orientados às metas dos ODS selecionados.

Para finalizar, quero reconhecer o apoio do Escritório do Coordenador Residente das Nações Unidas na Argentina e do PNUD para a elaboração deste relatório, bem como ressaltar a inestimável colaboração dos representantes dos ministérios e organismos envolvidos na Comissão Nacional Interinstitucional, e da equipe de coordenação do Conselho, que realizou um árduo e responsável trabalho de redação, revisão, edição e desenho, para que este documento demonstre o compromisso do Estado Argentino com o alcance do desenvolvimento sustentável, reafirmando nossos valores de transparência, prestação de contas e acesso público à informação.

O acompanhamento da Agenda 2030 na Argentina não se esgota nesta instância, resta ainda muito trabalho de colaboração interinstitucional a ser feito para alcançar um monitoramento integrado e coerente a fim de “não deixar ninguém para trás”.

Dra. Gabriela Agosto
Secretária Executiva do CNCPS

Dados do contexto institucional

A Argentina possui um governo constitucional sustentado em uma democracia representativa, republicana e federal. Em virtude desta última, as províncias, cada uma das quais é considerada preexistente à Nação, conservam para si e exercem autonomamente todos os poderes expressamente delegados pelo Governo Federal.

A Constituição de 1853, reformada pela última vez em 1994, é essencialmente a base do ordenamento jurídico vigente no país; reconhece três poderes fundamentais: o executivo, o legislativo e o judiciário. O Poder Legislativo é bicameral e está a cargo do Congresso Nacional, o qual é composto pela Câmara de Senadores e pela Câmara de Deputados; este poder também inclui o Auditor Geral da Nação e o Defensor Público. O Poder Executivo é unipessoal e exercido pelo Presidente da Nação Argentina como Chefe de Estado, Chefe da Administração Pública e Comandante em Chefe das Forças Armadas. O Poder Judiciário é liderado pela Suprema Corte de Justiça, cujos membros são propostos pelo Poder Executivo Nacional, que deve contar com a anuência do Senado. O Poder Judiciário é composto por juízes que compreendem foros nacionais e foros federais, diversas Câmaras de Apelação, o Conselho da Magistratura, etc.

Politicamente, a estrutura federal inclui os governos de cada uma das 24 jurisdições (23 províncias e a Cidade Autônoma de Buenos Aires, que também é sede do governo nacional).

Cada constituição provincial organiza o regime municipal. O regime municipal ordena como se divide o território provincial e quais atribuições têm as autoridades dos governos locais. As divisões municipais coexistem com divisões departamentais. Mas, na maioria das províncias, os limites departamentais não coincidem com as jurisdições municipais.

Dentro dessa estrutura provincial, segundo dados do Censo 2010, existem 2.171 municípios com uma média teórica de 17.713 habitantes por município. Entretanto, na prática, registra-se uma distribuição não uniforme, distintas magnitudes populacionais e níveis muito diferentes de desenvolvimento socioeconômico.

Contexto macroeconômico

Atividade econômica e emprego

Durante 2017, a economia argentina garantiu os meios de recuperação econômica que havia começado desde o final do ano anterior. Depois de permanecer estagnada no segundo trimestre de 2016, a atividade econômica alcançou seis trimestres consecutivos de crescimento, fechando assim o ano de 2017 com um crescimento de 2,9%.

A recuperação da atividade traduziu-se na melhoria do mercado de trabalho. A taxa de emprego ficou em 43% no quarto trimestre de 2017, 1,1 pontos percentuais (p.p.) a mais que no ano anterior, e a taxa de desemprego reduziu até chegar em 7,2% da população economicamente ativa (PEA) no mesmo trimestre.

Finanças públicas

Com dados do quarto trimestre do ano, o Setor Público Nacional superou a meta fiscal fixada. O *déficit* acumulado ascendeu a 404.142 milhões de pesos, cifra equivalente a 3,8% do PIB, excedendo a meta estabelecida em 27.146 milhões de pesos (0,3% do PIB).

Durante os 12 meses de 2017, os recursos totais cresceram mais que os gastos totais, 22,6% e 21,8% no ano, respectivamente. Por sua vez, os recursos tributários cresceram 20,2% em 12 meses, computando a exteriorização de capitais (ou lavagem de dinheiro).

Políticas de renda

O sistema de proteção social da Argentina contempla atualmente cerca de 19 milhões de prestações e executou \$1.202,1 bilhões em 2017, com um incremento de 37,8% em 12 meses.

Preços

No mês de julho de 2017, o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) apresentou o primeiro relatório técnico do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de cobertura nacional. Observa-se que a recuperação da atividade ocorreu em paralelo a um processo de desaceleração da inflação, apesar dos aumentos tarifários que incidiram sobre os preços regulados.

Conjuntura monetária e financeira

Para favorecer o processo de desaceleração da inflação, durante 2017, o Banco Central da República Argentina (BCRA) enfrentou um processo de elevação de taxas de juros que implicou num aumento de 400 pontos-base, de 24,75% passou a 28,75%.

Adicionalmente, o BCRA e o Ministério da Fazenda se propuseram a quebrar a dominância fiscal (ou seja, a política monetária dominada pelas necessidades de financiamento do Tesouro). Em 2017, pactuou-se uma transferência de recursos do BCRA ao Tesouro –em conceito de utilidades e câmbio em estoque de adiantamentos transitórios – de \$150 bilhões.

Setor externo

Em 2017, a recuperação da atividade econômica dinamizou tanto a demanda industrial como a de bens de consumo. As exportações cresceram 0,9%, devido principalmente à dinâmica das exportações de manufaturas de origem industrial, a medida em que a economia brasileira cobrou maior dinamismo. As importações cresceram 19,7% em 12 meses, impulsionadas pelo aumento nas importações de bens de capital (+16% ao ano em quantidades) e nas de bens de consumo final (incluídos veículos a consumidores finais), que cresceram tanto em valores como em quantidades.

Nesse âmbito, aumentou o déficit de conta corrente para 4,8% do PIB. Este *déficit* foi financiado com maiores receitas na conta de capital e financeira, onde se destacaram as emissões da dívida, tanto privadas como públicas e o reinvestimento de utilidade e o investimento estrangeiro direto.

Cabe destacar que a reinserção financeira internacional argentina induziu uma queda nos rendimentos soberanos e uma melhora na classificação da dívida. Após o acordo com os *holdouts* no final de 2016, o *spread* soberano reduziu-se acentuadamente, com uma queda total de 211 pontos-base no risco país desde meados de maio de 2016 até 31 de dezembro de 2017. As reservas internacionais alcançaram um recorde de 55,6 bilhões de dólares, com um aumento de 17,7 bilhões de dólares durante 2017.

Antecedentes do Relatório de País

Em dezembro de 2015, o Presidente Macri, ao assumir a gestão, designou o Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais (CNCPS) para realizar a implementação nacional da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Convocou-se os ministérios e órgãos competentes do Estado para formar a Comissão Nacional Interinstitucional de Implementação e Acompanhamento dos ODS, integrada atualmente por 25 ministérios e órgãos nacionais.

Esses dois anos transcorridos significaram um intenso trabalho de colaboração com as tarefas de adaptação das metas para o contexto social, seleção dos indicadores de acompanhamento e elaboração das fichas técnicas correspondentes.

O primeiro fruto deste trabalho foi Relatório Voluntário de País, que foi apresentado pela Argentina no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas em julho de 2017.

A apresentação desse relatório voluntário nacional significou também o ponto de partida para o processo de acompanhamento dos ODS, realizado pela Comissão Nacional Interinstitucional a partir do marco consolidado de monitoramento, divulgando-o por meio dos Relatório Voluntários e dos Relatório de País.

Relatório de País: processo e conteúdo

O relatório é produto de um trabalho articulado, sob a coordenação do Conselho, dos distintos órgãos de governo que participam da Comissão Nacional Interinstitucional.

Figura 1. Grupos de trabalho da Comissão Nacional Interinstitucional

| GRUPO DE TRABALHO I | GRUPO DE TRABALHO II |
|---|---|
| Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável | Ministério da Agroindústria |
| Ministério de Cultura | Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação Produtiva |
| Ministério de Desenvolvimento Social | Ministério de Minas e Energia |
| Ministério de Educação | Ministério de Fazenda |
| Ministério de Saúde | Ministério de Interior, Obras Públicas e Habitação |
| Ministério de Segurança | Ministério de Modernização do Estado |
| Ministério de Transporte | Ministério de Produção |
| Ministério de Turismo | Ministério de Trabalho, Emprego e Seguridade Social |

Fonte: Argentina, Relatório de País, p. 24.

Ademais, com o propósito de enfatizar a transversalidade do processo, participaram em ambos os grupos os seguintes ministérios:

- Chefia de Gabinete de Ministros
- Ministério de Justiça e Direitos Humanos
- Ministério de Relações Exteriores e Culto
- Centro Nacional de Organizações da Comunidade
- Instituto Nacional de Estatística e Censos
- Instituto Nacional das Mulheres

Representou um árduo trabalho, de redação, revisão, edição e desenho, da contribuição de aproximadamente 100 pessoas de 25 órgãos públicos.

Figura 2. Processo de elaboração do Relatório Nacional



| SETEMBRO | | OUTUBRO | NOVEMBRO | | DEZEMBRO | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL |
|--|--|--|--|--|--|---|-----------|-------|-------|
| 9 | 21 | 19 | 16 | 30 | 7 | 2018 | | | |
| Reunião do Plenário da Comissão Interinstitucional | Reunião - GT1 - GT2 | Reunião - GT1 - GT2 | Reunião - GT1 - GT2 | Reunião - GT1 - GT2 | Reunião do Plenário da Comissão Interinstitucional | Processo iterativo de revisões e edição de cada grupo de trabalho dos ministérios e órgãos com o CNCPS | | | |
| 42 participantes 5 observadores de 4 agências das Nações Unidas (OIT, UNICEF, OPS y PNUD) | GT1: 27 participantes GT2: 23 participantes | GT1: 30 participantes GT2: 23 participantes | GT1: 23 participantes GT2: 17 participantes | GT1: 20 participantes GT2: 16 participantes | 49 participantes 23 ministérios e órgãos públicos | 24 órgãos envolvidos 2 reuniões do plenário da Comissão Nacional Interinstitucional 8 reuniões dos grupos de trabalho Aproximadamente 100 pessoas participando | | | |
| Focalizado nos ODS selecionados pelo FPAN para 2018 (de igual modo está sendo acompanhado o resto dos ODS) | | | | | | | | | |

Fonte: Argentina Relatório de País, p. 24.

O Relatório constitui um insumo importante no acompanhamento e análise da Agenda 2030 em nível nacional e temático. Para isso, contém os detalhes dos indicadores de Nível I, com suas linhas de base e valores atualizados para 2017, e as metas intermediárias e finais, a serem alcançadas em 2019, ou anos próximos, e em 2030, respectivamente (p. 239-272).

Tabela 1. Marco de monitoramento consolidado de junho de 2018

| | 1 Pessoas | 2 Água | 3 Energia | 4 Trabalho decente | 5 Igualdade de gênero | 6 Saúde e bem-estar | 7 Energia limpa e acessível | 8 Indústria, inovação e infraestrutura | 9 Indústria, inovação e infraestrutura | 10 Igualdade de gênero | 11 Cidades e comunidades sustentáveis | 12 Consumo e produção responsáveis | 13 Ação climática | 14 Vida aquática | 15 Vida terrestre | 16 Paz, justiça e instituições sólidas | 17 Parcerias para o desenvolvimento | Totais |
|-------------------------------|-----------|--------|-----------|--------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------------|--|--|------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|--|-------------------------------------|--------|
| Metas adotadas | 2 | 4 | 12 | 7 | 3 | 2 | 2 | 4 | 6 | 4 | 6 | 2 | 1 | 2 | 3 | 5 | 5 | 71 |
| Metas adaptadas | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 10 |
| Metas Totais | 2 | 7 | 12 | 7 | 3 | 3 | 3 | 8 | 7 | 4 | 6 | 2 | 1 | 2 | 3 | 6 | 6 | 82 |
| Indicadores de acompanhamento | 4 | 17 | 37 | 65 | 5 | 3 | 4 | 32 | 17 | 4 | 14 | 2 | 1 | 2 | 5 | 19 | 12 | 243 |
| Indicadores em construção | 1 | 0 | 1 | 3 | 2 | 6 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 0 | 9 | 1 | 1 | 30 |

Fonte: Elaboração própria ODS nacional CNCPS.

Além disso, o relatório apresenta os detalhes de todas as políticas, programas e projetos implementados para alcançar as metas com a descrição dos públicos alvo, das normas que os regulam, seus objetivos e atividades e sua vinculação com os Objetivos e Iniciativas Prioritárias de Governo (p. 273-265).

Também desenvolve uma análise pormenorizada de cada um dos ODS selecionados para serem tratados pelo Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 2018. São eles: ODS 6, Água potável e saneamento; 7, Energia limpa e acessível; 11, Cidades e comunidades sustentáveis; 12, Consumo e produção responsáveis; 15, Vida terrestre; e 17, Parcerias e meios de implementação. Incluem-se perspectivas transversais desde o ponto de vista dos diferentes organismos por meio de informações que acompanham cada capítulo e que contribuem também para visualizar as distintas dimensões de desenvolvimento sustentável.

Além disso, como a implementação da agenda requer a mobilização de recursos, a Chefia de Gabinete de Ministros, com a colaboração do Conselho na coordenação da participação dos ministérios e órgãos da Comissão Interinstitucional de ODS, realizou uma análise, que compõe o Relatório de País, das rubricas orçamentárias destinadas às metas dos ODS selecionados. Para dar visibilidade e acompanhar os esforços destinados ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Direção Nacional de Coordenação do Orçamento Nacional (DNCPN, por suas siglas em espanhol), da Chefia de Gabinete de Ministros da Nação, por meio da Direção de Estudos e Avaliação do Orçamento Nacional (DEyEPN, por suas siglas em espanhol), iniciou a vinculação das rubricas orçamentárias da Administração Pública Nacional aos ODS. Esse processo começou em meados do ano de 2017, junto ao Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais e às diferentes jurisdições e entidades do Estado Nacional que compõem a Comissão Nacional Interinstitucional. Numa primeira etapa foram tratados os 6 ODS selecionados pelo Fórum Político de Alto Nível para o ano de 2018. A metodologia desenvolvida pela DEyEPN, baseou-se em um trabalho iterativo e de interação com os ministérios de governo, com o objetivo de proporcionar a robustez técnica necessária, tanto em matéria orçamentária, como das políticas públicas com cada ODS. Identificaram-se os programas, atividades e obras orientadas ao alcance das metas dos ODS. A DEyEPN realizou uma análise exaustiva das aberturas programáticas e apresentou uma proposta de vinculação, com base no seu conhecimento técnico do sistema orçamentário, aos distintos órgãos para validação. Isso facilitou a identificação orçamentária das intervenções abrangidas. Levou-se em consideração o nível máximo de desagregação orçamentária – sob a técnica do orçamento por programas. Como resultado obteve-se o orçamento executado para o ano de 2016 para os 6 ODS que integram o Relatório de País. Considerando esse ano como base, realizou-se um acompanhamento da evolução anual em 2017 e o gasto projetado para 2018 (com base no orçamento). Adicionalmente, analisaram-se distintos aspectos vinculados à técnica orçamentária, tanto em nível de meta como de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: caracterizou-se a natureza econômica dos gastos (despesa corrente/despesa de capital), as fontes de financiamento (fundos nacionais ou fundos provenientes do exterior), o percentual de participação do PIB e do gasto primário. Sob a metodologia de vinculação desenvolvida, uma rubrica orçamentária pode contribuir para mais de uma meta ODS, portanto, ao consolidar a informação em nível de objetivo, as rubricas identificadas se contabilizam uma vez para não incorrer em duplicações de crédito. A vinculação dos ODS com o Orçamento Nacional implica a confluência de duas abordagens: o enfoque estratégico apresentado pela Agenda 2030 e a lógica operacional vinculada ao Orçamento Nacional. A visão orçamentária concede aos ODS uma perspectiva mais operacional e concreta ao identificar as políticas e recursos financeiros e físicos relacionados, possibilitando o acompanhamento e monitoramento intertemporal. Por outro lado, permite ao orçamento sinalizar o gasto estratégico dentro de sua estrutura, possibilitando melhorar a tomada de decisões, no momento da alocação e/ou modificação orçamentária.

Capa ODS 6

ODS 6

Tabela 6.1. Indicadores de acompanhamento, linhas de base, metas intermediárias e finais

| INDICADOR 2030 | LINHA DE BASE | | AÑO | | META INTERMEDIÁRIA | | META 2030 |
|---|---------------|--|------|------|--------------------|--|---|
| | AÑO | VALOR | 2016 | 2017 | AÑO | VALOR | VALOR |
| 6.1.1 Percentual da população em moradias particulares com disponibilidade de água da rede pública | 2010 | 87% da população urbana com disponibilidade de água da rede pública | - | - | 2023 | 100% da população urbana com disponibilidade de água da rede pública | Manter os 100% da população urbana com disponibilidade de água da rede pública |
| 6.2.1 Percentual da população em moradias particulares com disponibilidade de serviço de coleta de esgoto | 2010 | 58% da população em moradias particulares com disponibilidade de serviço de coleta de esgoto | - | - | 2023 | 75% da população em moradias particulares com disponibilidade de serviço de coleta de esgoto | 100% da população em moradias particulares com disponibilidade de serviço de coleta de esgoto |

Nota: ** Sem dados intercensitários.

Fonte: Relatório de País 2018, p. 40.

Água e saneamento

A Argentina estabeleceu metas muito ambiciosas para o acesso à rede pública de água e esgoto, ao projetar para o ano de 2023 uma cobertura de 100% de água potável e de 75% de esgoto para toda a população urbana com expansão para 100% em 2030.

A partir de 2016, o Plano Nacional de Água Potável e Saneamento constitui-se em um dos quatro principais eixos do Plano Nacional de Água. Prevê a realização de obras para incluir 8,2 milhões de pessoas à rede pública de água potável e 8,9 milhões à rede de esgoto, exigindo do Estado Nacional investimentos da ordem dos 22 bilhões de dólares. Além disso, atento ao plano de investimentos necessários para realizar as obras e cumprir com as metas de água, saneamento e higiene do ODS 6 e as limitações orçamentárias existentes, a Subsecretaria de Recursos Hídricos da Nação iniciou o Programa Nacional de Participação Público-Privada em Projetos Hídricos a fim de promover o cofinanciamento dos projetos de água e saneamento pelo setor privado e, desse modo, reduzir a lacuna de infraestrutura existente.

Um dos eixos do Plano Nacional de Água é o fornecimento de água para a produção primária e secundária, que visa incorporar novas áreas para a produção agrícola por meio de irrigação. Para isso, serão executados projetos de investimento público-privado para o desenvolvimento da infraestrutura básica e de irrigação por parcelas.

Melhorar substancialmente a eficiência do uso de água requer uma política de investimentos no setor agrícola que permita melhorar o uso da água e do solo mediante a implementação de práticas agrícolas e a modernização da infraestrutura existente; a aplicação de técnicas e princípios administrativos aprimorados, o incentivo à participação do consumidor de água na definição de ações e o fortalecimento de suas organizações. O Ministério da Agroindústria, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca da

Nação, formulou o Plano Nacional de Irrigação da República Argentina a fim de promover o desenvolvimento integral sustentável da agricultura irrigada em todo o território nacional. O objetivo é duplicar a atual superfície irrigada para chegar ao ano de 2030 com quatro milhões de hectares (4.000.000 ha) e aumentar a eficiência do uso de água para a irrigação por meio de projetos de abastecimento coletivo e de sistema privados, com utilização de fontes subterrâneas.

Por ser a República Argentina um país federal, cada Estado Provincial é responsável pela gestão de seus próprios recursos hídricos e pela gestão coordenada com outras jurisdições quando se trata de um recurso hídrico compartilhado. No entanto, o Estado Nacional, respaldado pelas províncias, também cumpre um papel fundamental na gestão integrada dos recursos. Desde 2016, um novo estímulo foi dado às organizações de bacia interjurisdicionais ou "Comitês de Bacias" por meio de planos de gestão de bacias hidrográficas. Atualmente, existem no país 18 comitês de bacias interjurisdicionais que apresentam distintos graus de evolução.

A Secretaria de Infraestrutura e Política Hídrica se propõe a realizar o acompanhamento em matéria de estresse hídrico e eficiência do uso da água por meio da medição dos indicadores de desenvolvimento sustentáveis ligados à meta 6.4. Para tanto, possui valores de vazões médias mensais de águas superficiais, precipitação, entre outros, água potável e saneamento provenientes de mais de 400 estações de monitoramento que compõem a Rede Hidrológica Nacional distribuída em todo o país.

Vinculação ODS – orçamento

O Orçamento 2018 vinculado a este ODS representa 0,38% de Gasto Primário Total da Administração Pública Nacional e 0,08% do PIB projetado para o ano.

A despesa executada (acumulada) foi de \$ 4,621 bilhões no ano de 2016 e de \$ 7,209 bilhões no ano de 2017 voltados ao cumprimento das metas, que significou um aumento em interanual de 56% nos valores correntes.

Esse incremento no ano de 2017 se explica majoritariamente pelo Programa 73 – Recursos Hídricos (\$3,941 bilhões), o qual absorve as atividades destinadas para o norte argentino, que no ano de 2016 estavam abrangidas pelo Programa 85- Ações de desenvolvimento do Norte Grande (crédito BID, CAF e BIRF) (\$2,402 bilhões).

O orçamento de 2018 prevê \$9,474 bilhões, que significaria um aumento interanual de 31%. O incremento se explica em grande parte pelo Programa 20 – Assistência Técnica Financeira e Desenvolvimento de Infraestrutura para o Saneamento (\$3,601 bilhões) e o Programa 94 – Assistência Financeira à Empresas Públicas (\$2,292 bilhões), incluídas nesta última alocação as transferências para a Águas e Saneamentos Argentinos (AySA).

Tabela 6.2. Gasto primário por metas específicas do ODS 6 (em milhões de pesos). República Argentina

| METAS ODS 6 | EXECUTADO 2016 | EXECUTADO 2018 | ORÇAMENTO 2018 |
|---|----------------|----------------|----------------|
| 6.1 Até 2030 lograr o acesso universal e equitativo à água potável a um preço acessível para todos | \$4.622 | \$7.209 | \$9.474 |
| 6.2 Até 2030, lograr o acesso a serviços de saneamento e higiene adequados e equitativos para todos | | | |
| TOTAL | \$4.622 | \$7.209 | \$9.474 |

Fonte: Relatório de país. P. 61.

No momento de vincular o Gasto Primário dos órgãos com o ODS 6, consideraram-se juntas as metas 6.1 e 6.2. A decisão baseou-se na impossibilidade de discriminar todas as obras de saneamento de água potável, já que na maioria dos casos foram realizadas simultaneamente.

Nas metas 6.1 e 6.2, com relação ao ano base, observa-se um aumento de 56% no ano de 2017, explicado principalmente pelo incremento na execução do ano de 2017 dos Programas 94 –Assistência Financeira à Empresas (\$1,124 bilhões), 20– Assistência Técnica Financeira e Desenvolvimento de Infraestrutura para o Saneamento e 73 – Recursos Hídricos.

Para 2018, o orçamento vinculado às metas 6.1 e 6.2 prevê um aumento da despesa em 31% com relação ao de 2017.

Capa ODS 7

ODS 7

Tabela 7.1. Indicadores de acompanhamento, linhas de base, metas intermediárias e finais

| INDICADOR | LINHA DE BASE | | META INTERMEDIÁRIA | | META 2030 |
|--|---------------|-------------------------------------|--------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| | AÑO | VALOR | AÑO | VALOR | VALOR |
| 7.1 Percentual da população que tem acesso à eletricidade* | 2010 | 98,8% | 2019 | 99,3% | 99,5% |
| 7.1.2 Percentual da população com acesso a combustíveis limpos para cocção** | 2010 | 97,2% | 2019 | 97,5% | 97,8% |
| 7.2.1 Percentual da energia renovável no consumo final total de energia*** | 2016 | 10,3% | 2019 | 10,9% | 16,3% |
| 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de oferta de energia total e PIB**** | 2016 | 0,120 ktep/milhões de pesos de 2004 | 2019 | 0,115 ktep/milhões de pesos de 2004 | 0,098 ktep/milhões de pesos de 2004 |

Notas: ktep: kilo toneladas equivalentes de petróleo.

*Fuente: Censo Nacional de População, Habitação e Moradias INDEC (Questionário Ampliado).

** Fuente: Censo Nacional de População, Habitação e Moradias INDEC (Questionário Básico).

***Fuente: Balanço Energético Nacional, Cenários Energéticos 2030, Ministério Minas e Energia.

**** Fuente: Balanço Energético Nacional, Cenários Energéticos 2030, Ministério Minas e Energia e Produto Interno Bruto em milhões de pesos e preços de 2004, INDEC.

Fonte: Relatório de País 2018, p. 64.

Serviços energéticos acessíveis, energias renováveis e eficiência energética

A meta para o ano de 2019 é aumentar para 99,3% a cobertura básica de eletricidade. Isso implica no desafio de expandir a cobertura para áreas rurais já que, de acordo com os últimos dados disponíveis (Censo 2010), o nível de cobertura nessas áreas era de 90,4%, enquanto na área urbana era de 99,6%; que, em média, abrangia 98,8% de cobertura no território nacional. Para ano de 2030 a meta é que 99,5 dos habitantes do país tenham acesso à eletricidade. Isso implica uma cobertura é 99,6% na área urbana e de 98,5% na zona rural.

Em relação à população rural sem acesso à eletricidade, cabe destacar que se trata da população mais afastada e dispersa do país e que, por tal motivo, favorecer o acesso o acesso à energia elétrica representa um grande desafio em termos de investimento e de sustentabilidade ao longo do tempo. No curto prazo, foram definidas metas ambiciosas de acesso em termos de cobertura, mas considerando uma prestação básica de energia para iluminação e artefatos de baixo consumo em corrente contínua. Com o objetivo de levar energia às zonas rurais afastadas da rede de energia elétrica, o Ministério de Minas e Energia vem implementando desde maio de 2015 o Projeto de Energias Renováveis em Mercados Rurais (PERMER II). O PERMER II tem como objetivo garantir o acesso universal com prestações básicas de energia elétrica para aproximadamente 100.000 famílias que atualmente carecem desse serviço. Para isso, adota as mais recentes tecnologias disponíveis (equipamentos solares fotovoltaicos de terceira geração) e novos modelos de manutenção e substituição, que permitem reduzir drasticamente custos e tempos de implementação e, ao mesmo tempo, melhorar a sustentabilidade de tais soluções. O projeto consiste principalmente na aquisição e instalação de sistemas de geração de eletricidade em moradias particulares e/ou em estabelecimentos de serviços públicos rurais afastados que não tenham a possibilidade de acesso ao serviço elétrico por meio do sistema interconectado de eletricidade. Fornece sistemas completos de geração solar fotovoltaica e realiza as instalações tanto externas quanto internas, incluindo o fornecimento de luminárias. Os fundos para implementar o PERMER provêm do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento no montante de 200 milhões de dólares. Na sua formulação, foram orçadas contribuições dos distintos governos das províncias em cinco milhões de dólares e do Estado nacional em dez milhões de dólares. No total, um investimento aproximado de 215 milhões de dólares até outubro de 2020.

No que diz respeito aos combustíveis limpos para cocção, na Argentina a cobertura alcança quase toda a população. De acordo com os dados do Censo Nacional de População, Habitação e Moradia 2010 (linha de base considerada), 97,2% das pessoas cozinhavam com combustíveis limpos. A meta final até 2030 é de que 97,8% dos habitantes do país tenham acesso a estes combustíveis. Isso implica dar cobertura a 99,0% das casas na zona urbana e 80% na zona rural. Considera-se que este incremento será possível graças a políticas que buscam aumentar o percentual de fontes mais limpas de energia na matriz. Nesse sentido, o Programa de Habitação com Garrafas fomenta a substituição de combustíveis de maior contaminação, garantindo o suprimento regular, confiável e econômico de gás liquefeito de petróleo envasado a áreas residenciais com escassos recursos que não possuam serviço de gás natural por redes. O subsídio contempla atualmente 2.800.000 residências, em mais de 2.200 municípios em cerca de 22.000 paragens em todo o país.

No tocante às energias renováveis, no ano base 2016, 10,3% da energia consumida no país era proveniente deste tipo de fonte. Entre as fontes renováveis consideram-se as hidroelétricas, minihidro, biocombustíveis sólidos e líquidos, biogás, eólica, solar, geotérmica, marítima e de resíduos. As metas para 2019 e 2030 propõem-se a aumentar o percentual de energia renovável no consumo total de energia para 10,9% e 16,3%, respectivamente. Como primeiro passo para dar cumprimento à lei de energias renováveis, em maio de 2016, foi lançado o Programa “RenovAr” com uma convocatória aberta para a celebração de contratos de abastecimento de energia elétrica a partir de fontes renováveis conectadas à rede (com uma série de benefícios fiscais e mecanismos de financiamento diferenciados). Outra política de destaque para incrementar a participação de energias renováveis no consumo energético é a que estabelece a mistura com biocombustíveis – mistura mínima de combustíveis de origem vegetal, como biodiesel e bioetanol – em combustíveis fósseis. Em dezembro de 2017 foi promulgado o Regime de fomento à geração distribuída de energia renovável integrada à rede pública (Lei nº 27.424). Esta lei busca incentivar a geração de eletricidade conectada à rede de distribuição utilizando fontes renováveis de energia, propondo que uma parte da geração se realize diretamente nos pontos de consumo para obter uma diminuição da carga nos sistemas de transporte e distribuição de energia e uma redução das perdas na rede. A medida contempla a geração de eletricidade conectada à rede utilizando fontes renováveis nos níveis residencial, comercial e industrial pequeno.

A meta para o indicador de intensidade energética contempla uma diminuição da intensidade energética medida, em termos de oferta interna de energia total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), perfazendo um valor da ordem de 0,115 ktep/milhões de pesos em 2004, o que implica redução do indicador de 1,27% a.a. (anual acumulativa) em relação a 2016. As políticas de eficiência energética buscam uma separação entre a oferta de energia e o PIB – que seja necessária cada vez menos energia para gerar uma unidade de produto – provocando assim uma diminuição do indicador. Para o ano de 2030 prevê-se que essa relação seja da ordem dos 0,098 ktep/milhão de pesos de 2004, com uma diminuição de 1,43% a.a. em relação a 2019. Uma das linhas de ação prioritárias é a política de eficiência energética em eletrodomésticos, no âmbito da vigência do Programa Nacional de Uso Racional e Eficiente de Energia (PRONU-REE), em vigência desde 2007. Essa política consiste no estabelecimento de um regime de rotulagem de eficiência energética, aplicado nas geladeiras, máquinas de lavar roupa, condicionadores de ar, televisores, e inclui, também, equipamentos com redução de consumo em *stand-by*, com o objetivo de incorporar tecnologia de maior eficiência. Paralelamente, avança-se no desenvolvimento de normas do Instituto Argentino de Normatização e Certificação (IRAM) para regulamentar os eletrodomésticos. O Plano de Iluminação Eficiente consistiu na substituição de lâmpadas convencionais em vias públicas por iluminação com tecnologia LED por meio de fundos não reembolsáveis do Tesouro Nacional. A implementação de projetos de eficiência em centrais térmicas por meio da conversão do parque gerador de energia também avança, com o objetivo de incrementar a potência disponível por meio de fontes térmicas eficientes. Em 2017 deu-se início a uma cooperação triangular com o México e Alemanha, a fim de promover as Redes de Aprendizagem de Eficiência Energética cujo objetivo é melhorar o desempenho energético daqueles que participam. Durante esse mesmo ano trabalhou-se no fechamento dos programas associados ao Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility* – GEF), cujo objetivo principal era ajudar as pequenas e médias empresas na determinação da linha de base, identificação de oportunidades de melhoria

e realização de diagnósticos de energia (aproximadamente 219). O Fundo Argentino de Eficiência Energética (FAEE) é uma linha de crédito destinado ao financiamento de micro, pequenas e médias empresas que apresentam projetos de investimento para a uma melhoria da eficiência energética por meio da aquisição de novas tecnologias, mudanças nos processos produtivos e qualquer outra ação que conduza à redução no consumo de energia. Entre as políticas para o transporte rodoviário, destacam-se a rotulagem da eficiência energética em veículos leves, o desenvolvimento de um sistema de validação de tecnologias de eficiência em transporte pesado e a implementação de programas de eficiência energética em frotas. Por fim, existem as políticas relacionadas a educação e comunicação, que incluem políticas transversais de sensibilização e conscientização sobre os usos da energia.

Vinculação ODS-orçamento

No processo de vinculação orçamentária identificou-se uma despesa executada (acumulada) de \$4,535 bilhões para o ano de 2016 e \$5,527 bilhões para o ano de 2017 voltada ao cumprimento das metas, que significou um aumento anual na execução de 20% em valores correntes.

Para o ano de 2018, foi aprovado um orçamento de \$ 9,788 bilhões, o que representa 10% do orçamento total do Ministério e 0,08% do PIB projetado para o ano.

A Despesa de Capital aumentou sua participação em mais de 10 pontos percentuais (p.p), passando de 1,2% em 2016 para 12,5% em 2018. Isso indica uma mudança gradual na composição econômica dos gastos vinculados ao ODS.

Tabela 7.2. Gasto Primário por metas específicas do ODS 7 (em milhões de pesos). República da Argentina.

| Metas ODS 7 | EXECUTADO 2016 | EXECUTADO 2017 | ORÇAMENTO 2018 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| 7.1 Até 2030, garantir o acesso universal a serviços energéticos acessíveis, confiáveis e moderno | \$4.421 | \$5.157 | \$8.790 |
| 7.2 Até 2030, aumentar consideravelmente a proporção de energia renovável no conjunto das fontes energéticas | \$52 | \$0 | \$47 |
| 7.3 Até 2030, duplicar a taxa mundial de melhoria da eficiência energética | \$114 | \$370 | \$951 |
| Total | \$4.588 | \$5.527 | \$9.788 |

Fonte: Relatório de País, p. 81.

Observa-se na Tabela 7.2 que o Gasto Primário vinculado ao ODS 7 está orientado em maior medida ao cumprimento da meta 7.1, que representa 89,9% do Orçamento 2018 vinculado a esse ODS.

Para o ano de 2017 a Despesa Executada vinculada à meta aumentou em 17% no ano, enquanto para 2018 a Despesa Orçamentária foi de \$8,790 bilhões (+70% em relação a 2017).

Na meta 7.2 observa-se que, para 2017, o Programa 74 -Formulação e Execução da Política de Energia Elétrica, Atividade 13- Execução de Estudos no Setor Energético (CAF nº 6567); e o Programa 78 -Desenvolvimento Provincial de Energia, Atividade 03- Energia Eólica, não executaram o crédito atribuído naquele ano.

Na meta 7.3, em relação ao ano base, observa-se um aumento de 223% em 2017, impulsionado principalmente pela execução do Programa 75 – Ações para o Uso Racional e Eficiente de Energia (BIRF nº 7617) e suas Atividades 03 - Ações para o Uso Racional e Eficiente de Energia em Órgãos Públicos e 06 - Eficiência Energética (GEF).

Para 2018, o Orçamento vinculado à meta 7.3 prevê um aumento no gasto de 157% em relação a 2017 e de 730% em relação a 2016.

Capa ODS 11

ODS 11

Tabela 1.1.1. Indicadores de acompanhamento, linhas de base, metas intermediárias e finais

| INDICADOR | LINHA DE BASE | | ANO | | META INTERMEDIÁRIA | | META 2030 |
|---|---------------|--|------|------|--------------------|--|---|
| | ANO | VALOR | 2016 | 2017 | ANO | VALOR | VALOR |
| 11.1.1 Percentual da população que vive em moradias particulares deficientes e em situação de posse irregular. | 2010 | 6% da população total do país que vive em moradias particulares deficientes e em situação de posse irregular | - | - | 2019 | Reduzir o percentual da população que vive em moradias particulares deficitárias e em situação de posse irregular a 3% | Reduzir o percentual da população que vive em moradias particulares deficitárias e em situação de posse irregular em sua totalidade, 0% |
| 11.2.1. Proporção da população que tem acesso conveniente ao transporte Público | 2010 | 82% | - | - | A definir | A definir | Alcançar 91% da população urbana encontra-se a menos de 300 metros de algum modo de transporte público |
| 11.3.1 Razão entre a taxa de consumo de terras urbanas e a taxa de crescimento da população | 2010 | 4,82 | - | - | 2020 | Reduzir à metade a razão entre a taxa de consumo de terras urbanas e a taxa de crescimento da população, ou seja, 2,41 | Reduzir a razão entre a taxa de consumo de terras urbanas e a taxa de crescimento da população a um valor menor que 1 |
| 11.3.2 Percentual de governos locais que reportam possuir planos de desenvolvimento territoriais que integram as projeções demográficas e as necessidade de recursos. | 2016 | 22% | 22% | 28% | 2019 | 75% | 100% |
| 11.4.1 Quantidade de órgãos públicos e privados bens culturais móveis em sistemas informatizados do Ministério da Cultura | 2015 | 52 | 77 | 149 | 2019 | 312 acumulado 2015-2019 | 865 |
| 11.4.2 Quantidade de bens culturais móveis que ingressam, anualmente, no patrimônio dos órgãos do Ministério da Cultura | 2015 | 57 | 384 | 232 | 2019 | 1.140 acumulado 2015-2019 | 3.420 acumulado 2015-2030 |
| 11.4.3 Quantidade de órgão capacitados em conservação e resgate de bens culturais | 2015 | 80 | 368 | 144 | 2019 | 720 acumulado 2015-2019 | 2.480 acumulado 2015-2030 |

| | | | | | | | |
|---|------|-----------|--------------------------------|--------------------------------|------|---------------------------------|---|
| 11.4.4 Quantidade de pessoas capacitadas em conservação e resgate de bens culturais | 2015 | 125 | 430 | 374 | 2019 | 1.225 acumulado 2015-2019 | 3.875 acumulado 2015-2030 |
| 11.4.5 Quantidade de bens patrimoniais declarados nos termos da Lei 12.665 | 2015 | 10 | 0 | 3 | 2019 | 200 acumulado 2015-2019 | 500 acumulado 2015-2030 |
| 11.4.6 Quantidade de bens patrimoniais declarados Monumento Histórico Nacional pelo Estado | 2015 | 10 | 0 | 3 | 2019 | 1.524 valor absoluto para 2019 | 2.800 valor absoluto para 2030 |
| 11.4.7 Incremento anual do orçamento destinado à preservação dos bens declarados pela Comissão Nacional de Monumentos, de Lugares e Bens Históricos | 2016 | 4.705.734 | 4.705.734 (Linha de base 100%) | 7.694.748 (Incremento de 164%) | 2019 | 11.750.000 (Incremento de 250%) | Incremento em relação aos objetivos postos para o órgão em 2019 |
| 11.6.1 Percentual de resíduos sólidos urbanos (RSU) com destinação final adequada em relação ao total de RSU gerados em nível nacional | 2016 | 60% | 60% | - | 2019 | 75% | 90% |
| 11.6.2 Quantidade de equipes de medição contínua disponíveis para medição da qualidade do ar em cidades com mais de 300.000 habitantes | 2016 | 8 | 8 | 11 | 2019 | 15 | 31 |
| 11.b.1 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias de redução de risco de desastres de acordo com o Marco de Sendai para a redução de risco de desastres 2015-2030 e planos de desenvolvimento de resiliência para suas cidades | 2015 | 27 | 28 | 33 | 2020 | 48 | 118 |

Notas: -: sem dados

Fontes:

11.1.1 Fonte: Censo Nacional de População, Habitação e Moradias, 2010, Instituto Nacional de Estatísticas e Censos, INDEC.

11.2.1 Fonte: Censo Nacional de População, Habitação e Moradias

11.3.1 Fonte: Taxa de consumo da terra urbana: Levantamento e Estudos realizados por Órgãos Provinciais e Nacionais com a assistência técnica da Comissão Nacional de Atividades Especiais (CONAE) e da SSPTIP dependente do Ministério do Interior, Obras Públicas e Moradia (MIOPV) baseado na interpretação de imagens de satélite LANDSAT 5 TM e 7+ETM, em correspondência aos censos do país.

11.3.2 Fonte: Direção de Estudos e Avaliação do Orçamento Nacional. Direção de Coordenação do Orçamento Nacional. Subsecretaria de Avaliação Orçamentária e Investimento Público. Chefia de Gabinete de Ministros.

11.4.1 Fonte: Sistema Informatizado do Ministério da Cultura.

11.4.2 Fonte: Atas do Comitê de Avaliação de Ingresso de Bens Culturais do Ministério da Cultura.

11.4.3 Fonte: Base geral de dados, de caráter interno, sobre capacitação em conservação de bens culturais da DNBSC, Secretaria de Patrimônio Cultural, Ministério da Cultura.

11.4.4 Fonte: Base geral de dados sobre capacitação em conservação de bens culturais da DNBSC, Secretaria de Patrimônio Cultural, Ministério da Cultura.

11.4.5 Fonte: Base geral de dados sobre capacitação em conservação de bens culturais da DNBSC, Secretaria de Patrimônio Cultural, Ministério da Cultura.

11.4.6 Fonte: Base de dados interna, CNMLBH.

11.4.7 Fonte: Registros Administrativos CNMLBH.

11.6.1 Fonte: Levantamentos anuais do Observatório Nacional para a Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos ou órgão que o substitua. O levantamento dará ênfase nos operadores de aterros sanitários. A geração estimada a partir da projeção da população nacional, realizada pelo INDEC em função dos censos, e da taxa de geração *per capita* que surge dos estudos de geração e caracterização disponíveis.

11.6.2 Fonte: Base de dados da Rede. As equipes conectadas aparecem *on-line*.

11.b.1 Fonte: Ministério das Relações Exteriores e Culto.

Urbanização inclusiva e sustentável e capacidade para planejamento e gestão participativa

Mais de 90% da população argentina reside em centros urbanos que cresceram sem planejamento territorial sustentável ao longo do tempo, promovendo uma fragmentação socioespacial que demanda soluções de políticas públicas para problemas como o acesso desigual à moradia, aos equipamentos urbanos e à disponibilidade de serviços básicos, como água potável e saneamento. Nesse contexto, enfrentar o desenvolvimento urbano inclusivo é uma das políticas públicas prioritárias abordadas pelo Governo Nacional.

Em 2010, de acordo com o Censo Nacional de População, Moradia e Habitação, 6% da população total do país (2.234.709 habitantes) moravam em residências privadas com deficiências e em situação de posse irregular. A fim de melhorar as condições de vida da população que mora em habitações deficientes e em condições de posse irregular, a meta definida é reduzir à metade em 2019, e na totalidade em 2030, o percentual da população que vive nessa situação. Para alcançar este desafio, foi delineado um Plano Nacional de Habitação, que consiste em mecanismos de crédito e subsídio adaptados às possibilidades dos diferentes solicitantes. Todas as soluções de habitação são concedidas de forma transparente e por meio de mecanismos de priorização e/ou segmentação dos universos mais vulneráveis dentro do déficit habitacional total do país.

Acesso conveniente ao transporte público

Segundo o censo de 2010, 82% da população tinha acesso ao transporte público a menos de trezentos metros de sua casa. Durante o ano de 2017 promoveu-se um ambicioso plano de infraestrutura em todo o país, especialmente na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), onde mora um terço dos argentinos e que apresenta grandes desafios da acessibilidade para a população. Em 2018, implementou-se a Rede SUBE, um novo sistema que integra todos os meios de transportes públicos (ônibus, *metrobus*, trens e metrô) da AMBA para oferecer descontos para quem faz uma ou mais integrações. Este novo sistema para o nosso país permite que os passageiros que utilizam mais de um meio de transporte em um trecho de duas horas obtenham descontos de 50% em sua segunda viagem e 75% na terceira viagem. Esta política é complementada pela Tarifa Social Federal, implementada em 2016 para beneficiar aposentados, ex-combatentes das Malvinas, trabalhadores domésticos, beneficiários de Subsídio Universal por Filho e por Gravidez, Plano Progressar, Plano Argentina Trabalha, pessoas com contribuição social única e pessoas com pensões isentas de tributos.

No tocante à infraestrutura ferroviária, em 2017, mais de 260 km de trilhos foram renovados e melhorados, mais de 250 km de trilhos foram recuperados em todas as linhas e foram realizados trabalhos de adaptação para implementar o sistema de frenagem automática. Em 2018, o plano de renovação de infraestruturas continuará e o objetivo é renovar e melhorar 150 km de trilhos, recuperar 50 km, finalizar mais de 20 novas estações e alterar 61 barreiras automáticas.

Urbanização inclusiva e sustentável

No que tange à meta de aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e a capacidade de planejamento e gestão participativa, integrada e sustentável de assentamentos humanos, é uma prioridade compreender as principais características do crescimento urbano, a fim de conhecer os padrões de crescimento e

custos aproximados em termos de redes de infraestrutura urbana. No ano de 2010 (data do último Censo Nacional) a razão entre a taxa de consumo de terras urbanas e a taxa de crescimento da população era de 4,82. Como meta intermediária espera-se conseguir no ano de 2020 que o indicador chegue à metade da linha de base, ou seja, um valor de 2,41, e como meta final para o ano de 2030, que o indicador seja menor que 1.

Outro dos indicadores de acompanhamento desta meta é o percentual de governos locais que reportam ter planos de desenvolvimento territorial que integram as projeções demográficas e as necessidades de recursos. O indicador reflete o percentual de governos locais que contam com planejamento territorial, entendendo o planejamento como uma ferramenta essencial para o crescimento sustentável dos assentamentos humanos e seu vínculo com o restante do território. A meta intermediária fixada para o ano de 2020 é conseguir que 75% dos governos locais tenham, pelo menos, um plano territorial e, em 2030, como meta final que 100% dos governos locais contem com pelo menos um plano territorial e que 50% dos governos locais tenham pelo menos um plano territorial revisado e atualizado nos últimos 5 anos. O Estado Nacional, por meio do Programa de Fortalecimento Institucional do Planejamento Territorial, apoia os governos locais e provinciais que solicitem apoio no desenvolvimento de seus planos territoriais contribuindo para o fortalecimento do planejamento e a criação de um instrumento concreto para orientar os projetos estratégicos e prioritários em escala local, colaborando para uma melhor qualidade de vida de todos os habitantes por igual.

Para alcançar esses exigentes objetivos, além de colaborar com o financiamento para o desenvolvimento de planos territoriais por meio da contratação de profissionais, cada governo local é incentivado a desenvolver seus planos territoriais, para os quais são realizadas ações de capacitação de pessoal dos órgãos públicos provinciais e locais vinculados à gestão de processos territoriais. Dessa forma, busca-se atender às necessidades de capacitação dos governos nas áreas ligadas à gestão territorial e/ou investimento público e, ao mesmo tempo, fortalecer o exercício de planejamento territorial como política pública inerente ao mesmo processo de governo.

Proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural do mundo

A Argentina é Estado Parte na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO 2003, aprovada pela Lei nº 26.118 de 2006. Portanto, os indicadores definidos pelo Ministério da Cultura da Nação para o acompanhamento da meta sobre a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural adotam como referência a proposta da UNESCO sobre o indicador composto de Sustentabilidade do Patrimônio Cultural. Esse indicador permite avaliar o grau de desenvolvimento de um marco público multidimensional para a sustentabilidade do patrimônio cultural.

Em relação ao indicador Quantidade de organismos do setor público e privado que registram seus bens nos sistemas implementados pelo Ministério da Cultura, são eles: o CONar – Coleções Nacionais Argentinas – e o MEMORar – Fundos Documentais Históricos –, observa-se que no ano 2015 da linha de base, havia 52 organismos utilizando esses sistemas, número que cresceu 48% até alcançar 77 organismos no final de 2016. De dezembro de 2016 a setembro de 2017, esse número quase dobrou, chegando a 149 organismos que aderiram aos sistemas. Até 2019 espera-se atingir um total de 312. Como meta final, até o ano de

2030, espera-se contar com um total de 865 organismos com suas coleções cadastradas e em permanente atualização nos sistemas do Ministério.

Sobre o indicador Quantidade de bens culturais móveis que integram anualmente o patrimônio de organismos do Ministério da Cultura, 384 bens foram integrados no ano de 2016, enquanto em 2017, 232 outros bens foram somados. O objetivo é alcançar um ingresso acumulado de 1.140 bens no período 2015-2019, atingindo 3.420 no período 2015-2030. Contar com registros e inventários confiáveis, seguros e acessíveis para toda a população é uma medida básica e essencial para a gestão e a divulgação do patrimônio cultural.

Com relação ao indicador Quantidade de organizações capacitadas em conservação e resgate de bens culturais, até 2015, linha de base, 80 agências haviam sido capacitadas. Em 2016 as organizações capacitadas foram 368 e em 2017 144. Espera-se que atinja um total de 720 organizações treinadas entre 2015-2019 e 2.480 como a meta final 2015-2030. Ter um maior número de organizações treinadas em conservação e resgate permite o compartilhamento institucional de ferramentas e metodologias de trabalho, padronizando procedimentos em todo o território e aplicando rotinas de trabalho comuns que beneficiarão o diálogo e o intercâmbio interinstitucional.

Sobre o indicador Quantidade de pessoas capacitadas em conservação e recuperação de bens culturais por ano, até 2015, ano da linha de base, 125 pessoas foram capacitadas. Em 2016, foram capacitadas 430, o que significou um crescimento de 344% e, em 2017, 374 pessoas o fizeram, assim, houve um aumento de 300% em relação à linha de base. Ao longo dos três anos analisados, um total de 929 pessoas foram capacitadas em conservação e recuperação de bens culturais. A meta intermediária foi estipulada em 1.225 pessoas, enquanto a meta final 2015-2030 visa atingir 3.875 pessoas. Ter um número maior de pessoas capacitadas significará aumentar a capacidade operacional de conservação e resgate de bens culturais e, portanto, aumentar a aplicação de processos preventivos de conservação em todo o território, a fim de reduzir ações restaurativas. A disseminação e replicação de conhecimentos em conservação preventiva contribui para aumentar a vida dos bens culturais, ampliar suas possibilidades de difusão, reduzir intervenções de restauração e tornar mais eficientes e rentáveis os recursos disponíveis.

O indicador Quantidade de bens patrimoniais declarados monumento histórico nacional pelo Estado, reflete a quantidade de bens imóveis declarados Monumento, Local ou Bem Histórico Nacional. Até 2015, a linha de base inclui os bens declarados desde 1910. A partir de 2016 e 2017, percebe-se um aumento paulatino na quantidade de Bens Patrimoniais declarados que atende aos critérios atuais em relação à valorização do patrimônio que, basicamente, tem foco na ampliação da perspectiva patrimonial, destacando as Declarações de Cidades Históricas, dos Monumentos e Obras de Arte de alto valor colocada em espaço público de diferentes cidades do país, nos itinerários e paisagens culturais, e nos Sistemas Patrimoniais Federais.

A linha de base em 2016 registra um orçamento de \$4.705.734. Para o ano de 2017 o orçamento atribuído foi de \$7.694.748, que gerou um aumento de 164% com relação ao ano anterior.

Gestão de resíduos

O Ministério do Meio Ambiente realiza o acompanhamento do indicador de Percentual de resíduos sólidos urbanos com destinação final adequada. Em 2018, a média nacional de destinação final de resíduos alcançou 61% dos habitantes. No nível provincial, há uma grande dispersão da média nacional, com províncias que apresentam uma porcentagem superior com relação ao nível do país e outras que estão muito abaixo.

O Programa Lixo Zero conta com financiamento multilateral para a construção de grandes obras de infraestrutura e a erradicação de lixões a céu aberto enquadrados nos Planos de Gestão Integral. O Objetivo do programa é diminuir a disposição de resíduos sólidos em lixões a céu aberto, aumentar a destinação final adequada, e aumentar a recuperação e valorização dos resíduos recicláveis.

São implementados projetos regionais integrais, que não apenas promovem a destinação adequada, mas também a diminuição da quantidade de resíduos a serem enterrados. As melhorias na regulamentação, a separação na origem, classificação e tratamento de diferentes fluxos de resíduos são ações que permitem melhorar a gestão dos resíduos. Ao mesmo tempo, entrega-se todo o equipamento indispensável para se fazer uma operação adequada do sistema. As instalações devem ser operadas por no mínimo três anos por empresas especializadas que aportem sua experiência no tema. Além disso, a regionalização é promovida devido à necessidade de se estabelecer economias de escala e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade ambiental e econômico-financeira.

Qualidade do ar

A qualidade do ar é uma indicação da medida em que o ar está livre da poluição atmosférica e, portanto, apto a ser respirado. É particularmente importante ter dados precisos e de atualização contínua da qualidade do ar que permitam definir ações imediatas em casos de alerta precoce e estabelecer estratégias de prevenção e controle de contaminação que possam impactar em curto, médio e longo prazo, a saúde da população. Na Argentina, existem poucas estações de monitoramento da qualidade do ar identificadas até o momento. Essas estações pertencem a diferentes entidades e instituições, públicas e privadas e, entre elas, apenas onze são de monitoramento contínuo, ou seja, que transmitem dados em tempo real. A partir do Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, está sendo desenvolvida uma Rede Federal de Monitoramento Ambiental, que tem por objetivo integrar estações de monitoramento de água, ar e solo, públicas ou privadas, além de dados e informações ambientais em um Sistema de Gestão da Informação, para constituir um sistema organizado, dinâmico e integral de medição, armazenamento, transmissão e processamento de dados, oferecendo às províncias uma ferramenta que permita melhorar sua gestão.

Governos locais que adotam e implementam Estratégias de redução de risco de desastres de acordo com o Marco de Sendai

Em conformidade com o Marco de Sendai para a Redução de Desastres 2015-2030, as estratégias locais de redução de riscos de desastres promovem a gestão integral do risco, construindo ferramentas de prevenção e redução do risco para diminuir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência das comunidades. Essas estratégias e planos locais estabelecem objetivos, indicadores e prazos destinados a evitar a criação

de novos riscos, a redução daqueles existentes e o fortalecimento das capacidades locais. Para sua implementação focada nos municípios, a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas lançou em 2010 a campanha mundial "Construindo Cidades Resilientes". A campanha está fundamentada na proposta de cumprimento de uma denominada lista de comprovações de dez aspectos essenciais ou pontos básicos considerando a construção de cidades resilientes. Concebe-se como uma oportunidade de criação de uma proposta de gestão integral de risco e construção de resiliência urbana. Além disso, como um desafio para torná-la funcional por meio de um "roteiro" a disposição dos governos locais, que sugerem uma série de passos sucessivos para avançar para municípios mais resilientes. A iniciativa está focada nas autoridades e dirigentes das cidades para que tenham compromisso com o cumprimento da uma lista de comprovação de 10 aspectos ou pontos básicos para a construção de cidades resilientes. Almeja-se que esses atores participem e articulem tarefas com diferentes setores e indivíduos em âmbito local, em redes comunitárias e com autoridades provinciais e nacionais envolvidas na temática.

Do Estado Nacional, e no contexto da Campanha "Construindo Cidades Resilientes" do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Desastres, a Comissão Capacetes Brancos do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto implementa o Programa Cidades Resilientes no território nacional. O Programa Cidades Resilientes e seus componentes foram elaborados para que possam integrar um Plano de Ação de Resiliência Municipal (ou local) que implemente os 10 Pontos Essenciais concebidos como metas da gestão municipal. Além disso, contempla a criação de indicadores – a partir das atividades planejadas e dos resultados esperados – para medir o grau de avanço e seu nível de cumprimento.

Vinculação ODS-orçamento

No processo de vinculação orçamentária identificou-se uma Despesa Executada de \$61,655 bilhões para o ano de 2016 e \$81,881 bilhões para o ano de 2017, destinados ao cumprimento das metas, o que significou um aumento anual na execução de 33% em valores correntes.

Para o ano de 2018 aprovou-se um orçamento de \$84,905 bilhões, que representa 3,43% do gasto primário total da Administração Pública Nacional e 0,69% do PIB projetado para o ano.

Entre 2016 e 2017 incrementou-se anualmente o componente de Despesa de Capital, de \$22,387 bilhões a 32,629 bilhões (aumento de 4 p.p. na participação sobre o Gasto Primário para cada ano). Para 2018 o componente de Despesa de Capital prevê \$40,096 bilhões (47% do Gasto Primário). Essas variações se explicam principalmente pelo Programa 38 – Ações de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que, em 2017, explica \$15,089 bilhões de pesos em Despesa de Capital e, em 2018, \$22,185 bilhões. Neste último ano a Atividade 43 – Ações para a Construção de Moradias Sociais do programa mencionado tem previsão de \$20,805 bilhões no orçamento.

Tabela 11.2. Gasto primário por metas específicas do ODS 11 (em milhões de pesos). República Argentina

| METAS ODS 11 | EXECUTADO 2016 | EXECUTADO 2017 | ORÇAMENTO 2018 |
|---|----------------|----------------|----------------|
| 11.1 Moradias e serviços básicos | 13.280 | 17.775 | 24.917 |
| 11.2 Transporte e segurança viária | 42.493 | 56.519 | 49.195 |
| 11.3 Urbanização | 5.492 | 7.232 | 8.309 |
| 11.4 Patrimônio cultural e natural do mundo | 223 | 30 | 20 |
| 11.6 Impacto ambiental | 148 | 294 | 2.416 |
| 11.b Redução de riscos de desastres | 19 | 30 | 48 |

Fonte. Relatório de País. P. 134

O Gasto Primário vinculado ao ODS 11 destina-se na maior parte ao cumprimento da meta 11.2. para o Transporte e Segurança Rodoviária, que representa 58% do Orçamento 2018 vinculado a este ODS. Para 2017 a Despesa Executada vinculada a essa meta aumentou em 33% anualmente, enquanto em 2018 a Despesa Orçamentária alcançou \$49,195 bilhões (que significa uma queda de -13% com relação a 2017). O Programa 61 – Coordenação de Políticas de Transporte Rodoviário explica os 80% do gasto (\$39,210 bilhões) da meta a cargo do Ministério dos Transportes.

Na meta 11.1 Moradias e Serviços Básicos, para o ano de 2017, observa-se um aumento de 34% e espera-se um aumento anual de 40% para o ano de 2018.

Na meta 11.3 Urbanização, a execução do gasto vinculado aumenta em 32% no ano de 2017 e, para o ano de 2018, em 51% com relação ao ano base.

Na meta 11.6. Impacto Ambiental, a execução do gasto vinculado apresenta um aumento anual de 723% no ano de 2018, devido à incorporação do Programa 44 – Desenvolvimento Sustentável da Bacia Matanza – Riachuelo (\$1,517 bilhões).

Nos três anos, a meta com maior participação quanto à execução do gasto vinculado, corresponde à 11.2, Transporte e segurança rodoviária, moradia e serviços básicos. Ambas metas explicam os 87% de gasto vinculado em 2018.

Capa ODS 12

ODS 12

Tabela 12.1. Indicadores de acompanhamento, linhas de base, metas intermediárias e finais

| INDICADOR | LINHA DE BASE | | ANO | | META INTERMEDIÁRIA | | META 2030 |
|---|---------------|-------|------|------|--------------------|--|-----------|
| | ANO | VALOR | 2016 | 2017 | ANO | VALOR | VALOR |
| 12.3.1 Índice global de perda de alimentos * | | | | | | | |
| 12.5.1 Percentual nacional de valorização de resíduos sólidos urbanos | 2010 | 3% | - | - | 2019 | 10% | 30% |
| 12.7.1 Sistema de informação sobre compras públicas bens e serviços implementado | 2018 | - | - | - | 2019 | Contar com um sistema de informação sobre bens e serviços implementado | A definir |
| Notas: * Para a meta 12.3, o Ministério de Agroindústria encontra-se desenvolvendo metodologias correspondentes aos indicadores de acompanhamento identificados de nível I e II -: sem dados Fontes: 12.5.1 Fonte: Levantamentos anuais do Observatório Nacional para a Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos ou órgão que o substitua. O levantamento dá ênfase nos dados das plantas municipais e regionais que recuperam o RSU para sua valorização. Em seguida cruza-se os dados das empresas que reciclam material. A geração é estimada a partir da projeção da população nacional, realizada pelo INDEC em função dos censos, y da taxa de geração <i>per capita</i> que surge dos estudos de geração e caracterização disponíveis. 12.7.1 Fonte: Ministério de Modernização. | | | | | | | |

Fonte: Relatório de País 2018, p. 138

Perdas de alimentos nas cadeias de produção e abastecimento, incluídas as perdas posteriores à colheita e desperdício de alimentos

Em 2015, o Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe convocou as autoridades dos países a participarem do Primeiro Diálogo Regional sobre Perdas e Desperdícios de Alimentos. O encontro resultou num compromisso referente ao Plano de Ação regional, em que se promove a construção de parcerias para apoiar os países no enfrentamento dos principais desafios relacionados com a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e o alcance de sistemas alimentares mais eficientes e inclusivos.

No início de 2013, o Ministério da Agroindústria tomou a frente no trabalho para a redução das perdas e do desperdício de alimentos. Foi assim que, em 2015, realizou o primeiro exercício de estimativa de perdas e desperdício de alimentos na Argentina. A metodologia de cálculo utilizada baseou-se naquela desenvolvida pelo Instituto Sueco de Alimentos e Biotecnologia. De acordo com as recomendações da FAO emitidas em 2011, aplicou-se essa metodologia sobre sete setores (carnes, cereais, frutas, hortaliças, lácteos, oleaginosas, raízes e tubérculos), e ao mesmo tempo nos seguintes produtos: carne bovina, aviária, suína, leite, trigo e milho, soja e girassol, frutas pomóideas e de caroço e batata. O trabalho revelou um volume total de perda e desperdício de alimentos de 16 milhões de toneladas de alimentos em seu equivalente primário, o que representa 12,5% da produção agroalimentar. As "perdas" correspondem a 90% do total, enquanto o "desperdício" representa apenas 10%. Da mesma forma, setores como a horticultura e fruti-

cultura foram observados com porcentagens maiores que 45% e 55%, percentuais similares e até superiores à média mundial. Isso coaduna-se com avaliações do Instituto Nacional de tecnologia Agropecuária em que se adverte que o país consome a metade das frutas e hortaliças que se planta, e aproximadamente 80% dessa perda registra-se na etapa de produção, pós-colheita e processamento. Em linhas gerais, observa-se dificuldades de acesso à tecnologia e inovação de processos, limitações em termos de conservação e transporte, necessidade de desenvolver processos alternativos para produtos perecíveis e necessidade de conscientizar a população e os agentes produtivos a respeito da reutilização dos excedentes.

Em junho de 2015, o Ministério da Agroindústria criou o Programa Nacional de Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos pela Resolução Ministerial nº 3924. Seus principais objetivos são coordenar, propor e implementar políticas públicas que enfrentem as causas e os efeitos da perda e desperdício de alimentos, em consenso e com a participação de representantes do setor público e privado, entidades da sociedade civil, organismos internacionais e academia, entre outros. O programa estrutura-se em três pilares: a) governança e parcerias; b) pesquisa, tecnologia e conhecimento, e c) comunicação.

Em 2018, o G20, sob a presidência da Argentina tem como uma das três prioridades da agenda, a busca de um futuro alimentar sustentável além do futuro do trabalho e o desafio da educação. Por essa razão inclui-se a redução de perda e desperdício de alimentos como um dos eixos da Declaração de Ministros de Agricultura.

Produção de resíduos mediante atividade de prevenção, redução, reciclagem e reutilização

A Estratégia Nacional para a Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos, elaborada no ano de 2005, a partir da Lei nº 25.916, contempla como seu Objetivo nº 1 “Lograr a diminuição da quantidade de resíduos sólidos urbanos produzidos e descartados, e a maximização de sua valorização mediante a aplicação da redução, reciclagem, reuso e recompra. Em todo o território nacional existe uma limitada quantidade de municípios que possuem plantas ou galpões de separação de resíduos e, recentemente, somente alguns deles estão implementando o sistema de reciclagem diferenciado. Embora a produção e o descarte de resíduos sejam considerados pela população como um dos principais problemas ambientais, a implementação de ações de redução de volume produzido ou de separação de recicláveis para seu posterior processamento, é baixa em quase todos os segmentos da nossa sociedade. Por outro lado, existe um alto grau de informalidade na atividade de descarte, situação que começou a mudar em algumas cidades mediante a criação e formalização de cooperativas, produto da articulação de políticas que envolvem a comunidade local, os municípios e agentes do setor privado. Outro aspecto importante a considerar é a deficiente rede de infraestrutura, logística e comercialização de materiais recicláveis. Embora seja um dos fatores mais fortes no crescimento da indústria de reutilização de materiais, há indícios de êxito em várias localidades e regiões.

No contexto do Programa Lixo Zero, são construídos locais adequados do ponto de vista ambiental, que permitem reduzir a quantidade de resíduos enviados para destinação final e aumentar a quantidade de materiais recuperados. Além disso, oferece assistência técnica com a finalidade de melhorar a taxa de recuperação de materiais recicláveis e de valorização da fração orgânica (compostagem e biogás). O

propósito da assistência é elaboração e implementação de planos de separação na origem, coleta diferenciada, e planos de comunicação. O Projeto GEF – PROBiogás “Modelos de negócios sustentáveis para a produção de biogás a partir de resíduos urbanos orgânicos”, impulsionado pelo Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com uma doação da GEF. O objetivo do Programa é demonstrar o potencial do biogás para a geração de energia a partir de resíduos sólidos municipais orgânicos da Argentina. O propósito é construir quatro plantas piloto, além de realizar diferentes estudos técnicos que permitam analisar em profundidade as questões relacionadas ao biogás. O programa PROBiogás é fundamental para os programas de gestão de resíduos sólidos, já que por essa via busca-se que os sistemas de gestão de resíduos evitem emitir gás metano na atmosfera, um dos causadores de buracos na camada de ozônio e do aquecimento global.

Práticas de aquisição pública sustentáveis, em conformidade com as políticas, estratégias e prioridades nacionais

O Escritório Nacional de Contratações, dependente da Secretaria de Modernização Administrativa do Ministério de Modernização é o Órgão Dirigente do Sistema de Contratações da Administração Pública Nacional. Tem como finalidade executar ações que promovam a desburocratização, a transparência e a abertura do Estado. O Escritório Nacional de Contratações tem como política desenvolver mecanismos que promovam a adequada e efetiva instrumentalização de critérios de sustentabilidade ambiental, éticos, sociais e econômicos nas contratações públicas. Como consequência de aprovação do plano de modernização do Estado, por meio do Decreto 434 de 01 de março de 2016, iniciou-se o processo de implementação do sistema COMPR.AR em toda a Administração Pública Nacional. Esse portal é um sistema eletrônico de gestão das compras e contratações de bens e serviços, por meio do qual as entidades governamentais tramitam e publicam seus processos de compra e fornecedores apresentam suas ofertas de forma ágil, transparente e segura. O objetivo para 2019 é finalizar a implementação do sistema COMPR.AR em todos os órgãos dependentes da Administração Pública Nacional, de maneira que se possa contar com informação completa e detalhada relativa às compras e contratações que o Estado realiza através dos órgãos que o compõem.

No sentido de avançar com a implementação do sistema de informação sobre compras públicas e bens e serviços orientados à transparência e à eficiência, o Escritório Nacional de Contratações estabelece normas, sistemas e procedimentos operacionais que irão reger a gestão das contratações. Além disso, difunde, capacita e assessora as entidades que interveem no processo; e elabora e organiza estatísticas e informações sobre as contratações de maneira que fiquem disponíveis para os diferentes participantes e para a população em geral.

Vinculação ODS-orçamento

Para o ano de 2018, foi aprovado um orçamento de \$6,370 bilhões, que representa 0,26% do gasto primário total da Administração Pública Nacional e 0,05% do PIB projetado para o ano.

A Despesa de Capital aumentou sua participação em 13,1 pontos percentuais (p.p), passando de 0,08% em 2016 para 13,9% em 2018. Isso indica uma mudança substancial na composição econômica da despesa vinculada a este ODS.

Tabela 12.2. Gasto primário por metas específicas do ODS 12 (em milhões de pesos). República Argentina

| META | EXECUTADO 2016 | EXECUTADO 2017 | ORÇAMENTO 2018 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| 12.3 Perda e desperdício de alimentos | 4.839 | 5.805 | 5.648 |
| 12.5 Resíduos e reciclagem | 61 | 184 | 687 |
| 12.7 Aquisições públicas | - | - | 35 |

Fonte: Relatório de País. P. 155.

Observa-se que o Gasto Primário vinculado ao ODS 12 está orientado, majoritariamente, ao cumprimento da meta 12.3 destinada a evitar perda e desperdício de alimentos, que representa 89% do Orçamento 2018 vinculado a este ODS.

Para 2017, a despesa executada vinculada à meta 12.5 Resíduos e a reciclagem aumentou 203% anualmente, principalmente devido ao aumento nos gastos executados no Programa 62 – Coordenação de Políticas Ambientais, Atividade 23 – Programa de Desenvolvimento de Corredores Turísticos (BID nº 2606/OC-AR). Enquanto para 2018 a Despesa Orçamentada atinge \$687,159 bilhões o que significa um aumento de 274% em relação a 2017. O Programa 44 – Desenvolvimento Sustentável da Bacia Matanza-Riachuelo, explica 58% da despesa da meta para o ano de 2018.

Na meta 12.7 Aquisições Públicas, só há gasto vinculado à meta para o ano de 2018 quando se incorporou o Programa 25 – Modernização Administrativa.

Capa ODS 15

ODS 15

Tabela 15.1. Indicadores de acompanhamento, linhas de base, metas intermediárias e finais

| INDICADOR | LINHA DE BASE | | ANO | META INTERMEDIÁRIA | | META 2030 | |
|---|---------------|--|--|--------------------|-----------|-----------|-------|
| | ANO | VALOR | 2016 | 2017 | ANO | VALOR | VALOR |
| 15.1.1 Superfície de mata nativa como porcentagem da superfície total | 2015 | 9,8% | 9,7% | - | 2019 | A definir | |
| 15.2.1 Percentual de mata nativa sob manejo sustentável por tipo de plano | 2015 | 8,3% (4,9% com planos de manejo sustentável e 3,4% com planos de conservação) | 10,1% (5,8% com planos de manejo sustentáveis e 4,3% com planos de conservação) | - | 2019 | A definir | |
| 15.2.2 Valor absoluto de perda de mata nativa (Florestas) | 2015 | 123.179ha | 99.108ha | - | 2019 | A definir | |
| 15.3.1 Estado da cobertura terrestre | 2009 | Cultivos: 21,11; Árvores: 12,32; Arbustos: 39,41; Herbáceas: 19,54; Construído: 0,65; Terra nua: 4,1; Água artificial: 0,78; Água, gelo, neve: 2,1 | - | - | A definir | | |

| | | | | | |
|---|-----------|---|---|---|-----------|
| 15.3.2 Produtividade da terra | 2000-2014 | Tendência do NDVI no território nacional do período 2000-2014: Negativa 57,1% do território; Sem mudança 37,9%; Positiva 5,0% | - | - | A definir |
| <p>Densidade aparente para cada estrato e distribuição do conteúdo de SOC da capa superior do solo (0-30 cm de profundidade) e do subsolo (abaixo dos 30 cm). É desejável estabelecer um programa nacional para elaborar, com dados locais, a linha de base de carbono no solo para o país, tendo assim informação mais confiável que a extraída de bases de dados globais.</p> <p>Fontes:</p> <p>15.3.3 Fonte: Observatório Nacional da Degradação de Terras e Desertificação. Processa os dados de NDVI a partir dos quais poderiam ser estimados os PPN.</p> <p>15.5.1 Fonte: Bibliografia e reuniões com especialistas.</p> <p>15.6.1 Fonte: Direção de Fauna Silvestre e Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>15.6.2 Fonte: Direção de Fauna Silvestre e Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>15.7.1 Fonte: Direção de Fauna Silvestre e Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>15.7.2 Fonte: Direção de Fauna Silvestre e Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>15.7.3 Fonte: Direção de Fauna Silvestre e Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>15.8.1 Fonte: Direção de Fauna Silvestre e Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>15.8.2 Fonte: Direção de Fauna Silvestre e Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p> | | | | | |

Fonte: Relatório de País 2018, p. 158, 159 e 160.

Uso sustentável dos ecossistemas terrestres, particularmente das matas

O primeiro dado disponível sobre a superfície efetiva de matas da República Argentina corresponde ao censo Nacional Agropecuário de 1937 que indica uma superfície de 37.535.308 hectares de mata nativa para aquele ano. Dados posteriores demonstram uma constante perda de superfície de mata nativa, com uma desaceleração nos últimos anos. A perda de superfície de mata nativa entre 2015 e 2106, que representa 0,03% da superfície continental total do país, é a menor registrada desde 1998, o que evidencia que as políticas orientadas a reduzir o desmatamento dos últimos anos foram efetivas.

A partir da promulgação da Lei nº 26.331 de 2007, o processo de desmatamento sofreu uma notória desaceleração. Entre os instrumentos que a referida Lei possui, pode-se dizer que o Ordenamento Territorial das Matas Nativas e o Fundo Nacional para o Enriquecimento e Conservação de Bosques Nativos são os que contribuem majoritariamente em manter a superfície de matas nativas do país. Primeiramente, porque permite planejar e regular a conversão de terras ocupadas com matas em outros tipos de usos mediante o Ordenamento Territorial de Matas Nativas que cada província deve realizar de maneira participativa e mediante a obrigatoriedade de fazer um Estudo de Impacto Ambiental e uma audiência pública antes de autorizar um desmatamento, respeitando os direitos de índios e agricultores sobre as matas em que habitam. Em segundo lugar, contribuiu para a melhoria da capacidade de controle das províncias, diminuindo o desmatamento ilegal e, também, constitui uma contribuição econômica para os detentores de mata, em busca de alternativas de uso, não da substituição delas.

Promove-se, por outro lado, o manejo florestal sustentável a partir de diversos enfoques: estimula-se o Sistema de Administração, Controle e Verificação Florestar (SACVEFOR, por suas siglas em espanhol)

para o transporte e comércio de produtos florestais; realiza-se uma avaliação sobre o potencial produtivo da mata e a estratégia de comercialização, impulsiona-se o manejo florestal também a partir de um enfoque de “bacias de abastecimento”, com três experiências no norte do país. Merece destaque também a implementação do Projeto Bosque e Comunidade, cujo objetivo consiste em melhorar a gestão florestal e melhorar o acesso aos pequenos produtores florestais, particularmente povos indígenas e agricultores, aos mercados e aos serviços básicos no contexto da instrumentação da Lei nº 26.331.

Gestão sustentável dos diferentes tipos de mata, interrupção do desmatamento e incremento do reflorestamento

A Nação através do Fundo Nacional colabora com as províncias para uma correta aplicação da Lei nº 26.331 de Orçamentos Mínimos. No relatório 2016 de monitoramento da perda de superfície de mata nativa, após realizar-se uma análise comparativa da superfície de mata nativa entre os anos de 2007 e 2016, observa-se uma diminuição a partir do período 2012-2013 e fundamentalmente no ano de 2014.

Para colaborar na reversão dessa situação, criou-se o Registro Nacional de Planos. Conforme este registro, no ano de 2016, 10,1% da superfície total de referência do Ordenamento Territorial de Matas Nativas (OTBN, por suas siglas em espanhol), estava sob planos de manejo ou de conservação; percentual que representava 5.396.850 ha de um total 53.654.545 ha. Segundo estabelece a Lei nº 26.331, toda intervenção em matas nativas deve ser enquadrada em um planejamento de atividades que serão desenvolvidas na área. As autoridades locais de aplicação dessa lei encarregam-se da avaliação e aprovação dos planos apresentados pelos detentores de matas nativas de suas correspondentes províncias.

Os planos abrangidos pelo Fundo Nacional para o Enriquecimento e Conservação de Matas Nativas nas diferentes jurisdições vêm aumentando paulatinamente desde 2010, a medida em que as diferentes províncias foram sancionando suas respectivas leis OTBN, condição *sine qua non* para a criação de mecanismos necessários para instrumentalizar a chegada dos fundos que foram adjudicados pelas diferentes autoridades locais de aplicação aos produtores que os solicitaram.

Luta contra a desertificação, reabilitação das terras e dos solos degradados e busca de um mundo com efeito neutro na degradação do solo

Embora até o momento não haja dados atualizados para se realizar uma análise sobre a evolução do estado da cobertura da terrestre, estima-se que, no decorrer de 2018, as informações necessárias estarão disponíveis para medir as mudanças nos diferentes tipos de cobertura do terrestre.

Com relação à produtividade da terra, a tendência do Índice Diferencial Normalizado da Vegetação reflete processos de degradação de terras e permite observar padrões gerais de tendências positivas ou negativas na atividade da vegetação e a taxa a que recorrem esses processos. A linha de base de tal índice de cobertura nacional é o publicado em 2015, a partir de dados do período 2000-2014. Quanto a sua evolução, no final de tal período, observa-se 57,1% da superfície do país com uma tendência negativa, 37,9% sem mudanças e 5,0% com tendência positiva. A tendência positiva representa as áreas em que a vegetação tem diminuído ou perdido qualidades. A vegetação e seu estado de conservação são primordiais para que a degradação da terra não avance.

Embora o Observatório Nacional de Degradação de Terras e Desertificação possua dados de carbono orgânico do solo, medidos em sítios piloto e utilizando uma mesma metodologia, o que os faz comparáveis, esses não constituem uma amostra representativa do país, já que existem regiões que não foram avaliadas. É desejável estabelecer um programa nacional que permita gerar dados locais para elaborar uma linha de base de carbono no solo em nível nacional, tendo assim informações muito mais confiáveis do que aquelas extraídas de bancos de dados globais; e determinar metas para um indicador de carbono no solo. Essas definições podem ser tomadas a partir da conclusão do Programa de Estabelecimento de Metas para a Neutralização de Degradação de Terras. Nesse sentido, durante o ano de 2015 foram realizadas mesas de discussão técnico-produtivas e políticas sobre esse tema no contexto da Iniciativa de Neutralização da Degradação de Terras com participação de representantes técnicos de instituições nacionais como o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária, o Ministério da Agroindústria, o Conselho Nacional de Tecnologia Agropecuária, as Universidades Nacionais, o setor privado e a sociedade civil.

O Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Nação realiza projetos que, entre outros objetivos, visam evitar a perda de cobertura de solo, além de evitar as mudanças no uso da terra que levem a uma diminuição das categorias de coberturas. Entre as principais ações destacam-se projetos de implementação de alternativas produtivas sustentável, tanto ambiental como social, a exemplo do projeto “Aumentando a resiliência climática e melhorando o manejo sustentável da terra no sudoeste da Província de Buenos Aires”, no qual apoiam-se municípios, produtores e instituições locais para reestabelecer a capacidade de resposta dos ecossistemas frente aos impactos negativos da mudança e da variação climática, oferecendo ferramentas técnicas de alerta antecipado, insumos para a restauração dos ecossistemas produtivos por meio do manejo sustentável da terra e fortalecendo as capacidades comunitárias para lidar melhor com os problemas ambientais locais. Outro projeto importante é o “Manejo Sustentável das Terras Secas do Noroeste Argentino”, que trabalha com pequenos produtores e com instituições e organizações provinciais na prevenção, mitigação e adaptação da degradação da terra por meio da implementação de práticas de manejo sustentável de terras e da formação de espaços multisetoriais no nível provincial para abordar a problemática. Projetos similares foram executados anteriormente nas regiões da Patagônia e do *Chaco*.

Interromper a perda de biodiversidade, proteger as espécies ameaçadas e evitar sua extinção, promover a participação justa e equitativa nos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado a esses recursos, pôr fim à caça clandestina e ao tráfico de espécies protegidas da flora e da fauna, prevenir a introdução de espécies exóticas invasoras e reduzir seus efeitos nos ecossistemas terrestres e aquáticos e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

A Argentina abriga uma importante diversidade de espécies e é um dos países com o maior número de ecorregiões devido à sua variabilidade ecogeográfica, tanto latitudinal quanto altitudinal. Possui 18 ecorregiões: 15 continentais, 2 marinhas e 1 na Antártica (Altos Andes, Puna, *Monte de Sierras e Bolsones*, Selva das *Yungas*, *Chaco Seco*, *Chaco Úmido*, Floresta Paranaense, *Esteros del Iberá*, Campos e *Malezales*, Delta do Paraná, *Espinal*, Pampa, *Monte de Llanuras e Mesetas*, Estepe Patagônica, Floresta da Patagônia, Ilhas do Atlântico Sul, Mar Argentino e Antártida). Oito das 18 ecorregiões foram classificadas como de mais alta prioridade de conservação: Pampa, Chaco Seco, Yungas, Delta do Paraná, Floresta Paranaense, Puna e Floresta da Patagônia.

A diversidade de ecossistemas da Argentina tem como resultado uma grande variedade de espécies. Foram registradas 10.006 espécies de plantas vasculares, o maior número de espécies da Região do Cone Sul. Delas, 1.749 são endêmicas da Argentina. Além disso, habitam em nosso território aproximadamente 114.150 espécies de animais.

Na Argentina, a conversão de ecossistemas naturais em terras agropecuárias tem consequências como a perda de habitat e biodiversidade, a alteração de interações bióticas e de processos biogeoquímicos (ciclos de água, carbono e dos nutrientes), a redução da capacidade de oferecer serviços ecossistêmicos e a transformação da paisagem. Esse processo de transformação tem sido particularmente importante nos ambientes de bosque nativo, como o *Chaco*, a Mata Atlântica e as *Yungas*, onde se estima que mais de 1.145.000 ha foram desmatados nos últimos cinco anos. As espécies animais e vegetais associadas a esses ambientes enfrentam atualmente sérias ameaças para sua conversação no longo prazo, sendo necessário implementar estratégias em nível nacional destinadas a seu estudo e preservação.

Somada às mudanças no uso do solo, a implementação de más práticas produtivas tem favorecido processos de desertificação e degradação de terras, principalmente nas regiões secas do país, como a ecorregião do *Chaco Seco* e a *Estepe Patagônica*. A degradação e desertificação das terras trás consigo a perda da biodiversidade e uma progressiva redução da produtividade, diminuindo a qualidade de vida da população rural. As espécies exóticas invasoras foram detectadas como outra das grandes ameaças para a conservação da biodiversidade Argentina e os serviços ecossistêmicos que dela derivam: identificaram-se espécies exóticas que geram impactos negativos na biodiversidade com importantes implicações econômicas e sociais.

Estudos recentes mostram que, em nosso país, os efeitos sinérgicos entre as mudanças climáticas e outras ameaças representam um problema importante para as espécies em perigo. A região da cordilheira e a região patagônica são as que apresentam maior risco ambiental com os principais impactos associados aos retrocessos dos glaciares, aumento do estresse hídrico e mudanças nas dinâmicas dos ecossistemas, entre outros. As alterações referidas produzem conseqüentemente a aceleração de processos de mudança na composição das comunidades devido às modificações na distribuição geográfica de algumas espécies, ou a extinção local daquelas menos tolerantes a novas condições ambientais.

Para muitas espécies ameaçadas na Argentina, o comércio ilegal representa sua principal ameaça. Do ponto de vista econômico, o tráfico de animais vivos não é comparável ao de couros ou peles, mas é sem dúvida um dos pontos mais sensíveis no comércio de vida silvestre.

A Argentina conta com políticas de Estado que contemplam a situação da biodiversidade, promovendo a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos bens e serviços que ela oferece, levando em consideração a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Vinculação ODS-orçamento

No processo de vinculação orçamentária, foi identificada uma Despesa Executada de \$487 milhões para 2016 e \$698 milhões para 2017, visando o cumprimento do ODS 15, o que significou um aumento anual na execução de 43% em valores correntes.

Em 2018, o orçamento projetado é de \$609 milhões, o que representa 0,02% do orçamento para o Gasto Primário Total e 0,005% do PIB.

A execução da Despesa de Capital reduziu sua participação na composição do gasto, representando 0,6% Gasto Primário Total neste ODS para 2018.

Tabela 15.2. Gasto primário por metas específicas do ODS 15 (em milhões de pesos). República da Argentina

| META | EXECUTADO 2016 | EXECUTADO 2017 | ORÇAMENTO 2018 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| 15.1 Ecossistemas | 478,2 | 675,2 | 596,0 |
| 15.2 Matas | 441,3 | 630,3 | 568,2 |
| 15.3 Desertificação e degradação do solo | 9,0 | 0,6 | - |
| 15.5 Degradação dos <i>habitats</i> naturais e da biodiversidade | 18,0 | 26,4 | 10,4 |
| 15.6 Recursos genéticos | 0,0 | 2,9 | 3,6 |
| 15.7 Caça clandestina e tráfico de espécies protegidas | - | 1,3 | 7,8 |
| 15.8 Espécies exóticas invasoras e espécies prioritárias | 7,9 | 13,2 | 0,3 |

Nota: Para este ODS existem alocações financeiras que contribuem para o alcance de mais de uma meta específica. Por este motivo, não são totalizadas as alocações por metas específicas nesta tabela.

Fonte: Relatório de País, p. 183.

Na Tabela 15.4 pode-se observar que o gasto primário vinculado ao ODS 15 é principalmente orientado para o cumprimento das metas 15.1 e 15.2, relacionadas a ecossistemas e matas, que representam 96,3% e 96,7% para o primeiro biênio analisado e 98,1% do Orçamento de 2018.

Em 2017, a Despesa Executada vinculada à meta 15.3 caiu 93% anualmente, enquanto para 2018 não se vinculou Despesa. Isso é explicado pelo Programa 60 -Planejamento e Política Ambiental, Atividade 11- Combate à Desertificação do *Gran Chaco Americano* (Crédito financiado com um GEF), que passou de \$9 milhões em 2016 para \$0,6 milhão em 2017 de despesa executada e não possui alocação no orçamento de 2018.

Para 2016, nenhum crédito esteve vinculado ao cumprimento da meta 15.7, mas, em 2018, foi identificado um orçamento de \$7,8 milhões, fundamentalmente explicado pelo crédito alocado para a Atividade 44 - Plano de Extinção Zero do Programa 60 - Política Ambiental, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável.

Na meta 15.8, em relação ao ano base, observou-se um aumento de 66% em 2017, impulsionado principalmente pela execução do Programa 60 - Planejamento e Política Ambiental e sua Atividade 21 - Proteção

de Biodiversidade por meio da Formulação e implementação da Estratégia Nacional de Espécies Exóticas Invasoras. No entanto, no orçamento de 2018, as despesas alocadas para este item caem significativamente.

Capa ODS 17

ODS 17

Tabela 17.1. Indicadores de acompanhamento, linhas de base, metas intermediárias e finais

| INDICADOR | LINHA DE BASE | | ANO | | META INTERMEDIÁRIA | | META 2030 |
|--|---------------|---|---|-------|--------------------|--|---|
| | ANO | VALOR | 2016 | 2017 | ANO | VALOR | VALOR |
| 17.8.1 Percentual da população de 4 anos ou mais que habita moradias particulares com acesso à internet | 2016 | 71% da população de 4 anos ou mais que habita em moradias com acesso à internet | 71% da população de 4 anos ou mais que habita em moradias com acesso à internet | - | 2020 | Aumentar, até 2020, para 80% da população de 4 anos ou mais que habita em moradias com acesso à internet | Aumentar para 90% da população de 4 anos ou mais que habita em moradias com acesso à internet |
| 17.9.1 Percentual de iniciativas de cooperação internacional que tenham por objetivo o fomento da capacidade dos países em desenvolvimento para a implementação dos ODS em nível nacional | 2016 | 20% | 20% | 30% | 2020 | 50% | 100% |
| 17.16.1 Percentual de iniciativas de cooperação internacional em que participam múltiplos interessados com o objetivo de apoiar o alcance dos ODS nos países em desenvolvimento | 2016 | 14% | 14% | 20% | 2020 | 25% | 40% |
| 17.17.1 Quantidade de organizações da sociedade civil que atualizaram seus dados nas bases de dados do CENOC no ano | 2015 | 1.134 | 1.204 | 1.327 | 2019 | 14 | 24 |
| 17.17.2 Quantidade províncias que possuem algum órgão público de relacionamento com a sociedade civil | 2015 | 10 | 10 | 10 | 2019 | 14 | 24 |
| 17.17.3 Quantidade de organizações intervenientes em programas nacionais do Ministério de Desenvolvimento Social ** | | | | | | | |
| 17.18.1 Percentual de indicadores de desenvolvimento sustentável de nível I priorizados pelos órgãos nacionais par o acompanhamento do ODS, com total desagregação quando seja pertinente à meta | 2016 | 76% | 76% | 78% | 2021 | 90% | 95% dos indicadores de nível I com total desagregação quando seja pertinente à meta |

| | | | | | | | |
|---|------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|------|---|--|
| 17.18.2 Execução de um plano nacional de estatística plenamente financiado e em processo de implementação | 2017 | Sem Plano Nacional de Estatística | Sem Plano Nacional de Estatística | Sem Plano Nacional de Estatística | 2021 | Plano de Estatística Nacional quadrienal com orçamento alocado | Ter implementado, em 2030, uma estrutura de Planos Estatísticos Quadrienais |
| 17.19.1 Percentual do orçamento nacional destinado ao INDEC | 2016 | 812.067.907 (0,05%) | 812.067.907 (0,05%) | 1.486.594.973 (0,07%) | 2023 | Alcançar, em 2023, uma participação do INDEC no Orçamento Nacional de 0,075% | Alcançar, em 2030, uma participação do INDEC no Orçamento Nacional de 0,1% |
| 17.19.2 Capacidade para realizar um censo de população e moradias nos últimos 10 anos | 2010 | 1 | - | - | 2021 | Censo Nacional de População, Habitação e Moradias 2020 realizado | Lograr que, em 2030, tenha sido finalizado o processamento e a publicação dos dados do Censo 2020 e que se esteje em vias de executar o Censo Nacional de População, Habitação e Moradias 2030 |
| 17.19.3 Capacidade para registrar 100% dos nascimentos | 2016 | 96,20% | S/D | S/D | 2021 | Incrementar em 10%, em relação à linha de base a proporção de estatísticas vitais pesquisadas, processadas e publicadas | Incrementar em 20%, em relação à linha de base a proporção de estatísticas vitais pesquisadas, processadas e publicadas |
| 17.19.4 Capacidade para registrar 100% das disfunções | 2016 | S/D | S/D | S/D | 2021 | Incrementar em 10%, em relação à linha de base a proporção de estatísticas vitais pesquisadas, processadas e publicadas | Incrementar em 20%, em relação à linha de base a proporção de estatísticas vitais pesquisadas, processadas e publicadas |

Notas:

* O indicador encontra-se em processo de redefinição pela Direção Geral de Cooperação Internacional (DGCIN) do Ministério de Relações Exteriores e Culto

** Este indicador encontra-se em processo de desenvolvimento, a cargo do Ministério de Desenvolvimento Social da Nação.

-: sem dados

CENOC: Centro Nacional de Organizações da Comunidade.

Fontes:

17.8.1 Fonte: Módulo de Acesso e Uso de Tecnologia da Informação e da Comunicação (MAUTIC). Pesquisa Permanente de Moradias, INDEC

17.9.1: Fonte: Base de dados de projetos da Direção Geral de Cooperação Internacional do Ministério de Relações Exteriores e Culto. Atualmente são planilhas Excel, organizadas em regiões do mundo, que a equipe da Direção atualiza.

17.16.1 Fonte: Base de dados de projetos da Direção Geral de Cooperação Internacional do Ministério de Relações Exteriores e Culto. Atualmente são planilhas Excel, organizadas em regiões do mundo, que a equipe da Direção atualiza. Está prevista a migração dessas planilhas para um sistema informatizado

17.17.1 Fonte: Base de dados CENOC.

17.17.2 Fonte: CENOC.

17.17.3 Fonte: CENOC a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social da Nação.

17.18.1 Fonte: Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais.

17.18.3 Fonte: Plano Nacional de Estatística, INDEC.

17.19.1 Fonte: Escritório Nacional de Orçamento, Ministério da Fazenda.

17.19.2 Fonte: INDEC.

17.19.3 Fonte: INDEC.

17.19.4 Fonte: INDEC.

Fonte: Relatório de País 2018, p. 188, 189, 190.

Utilização de tecnologia instrumental, em especial da tecnologia da informação e de comunicações

Em 2016, a população urbana de 4 anos ou mais que utilizou a internet na Argentina era de 71%. O país, por meio do Ministério da Modernização do Estado, estabeleceu uma meta de aumentar para 80% até

2020 e em 2030 para 90% da população com 4 anos ou mais que vivem em domicílios urbanos que usam a Internet. Para progredir e atingir essas metas, vários planos estão sendo executados no âmbito do Plano de Modernização do Estado. Essas ações são:

- Plano de Inclusão Digital.
- Plano de Comunicações.
- Rede Federal de Fibra Ótica.
- Plano Federal de Internet.

Essas intervenções permitem melhorar as condições de acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação pela população.

Apoio internacional a planos nacionais voltados à aplicação de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, inclusive mediante a comunicação Norte-Sul, Sul-Sul e Triangular e construção de parcerias com múltiplos interessados

O Ministério de Relações Exteriores promove projetos de cooperação técnica sul-sul, norte-sul e triangular. Em 2016, 20% do total dos projetos de cooperação correspondiam a iniciativas destinadas à promoção de capacidade nos países em desenvolvimento para a implementação dos ODS e, em 2017, esse percentual elevou-se a 30%.

A Direção Geral de Cooperação Internacional (DGCIN) do Ministério tem projetos de cooperação técnica envolvendo múltiplos agentes (setor privado, setor acadêmico, organizações não-governamentais) com o objetivo de apoiar o alcance dos ODS nos países em desenvolvimento. Como linha de base para o indicador, considerou-se 14% dos projetos de cooperação técnica que foram executados em 2016. Com relação a essa linha de base, houve um aumento de 20% na carteira de projetos da DGCIN no ano de 2017, o que implica que a meta inicialmente projetada para o ano de 2020 já foi atingida. Portanto, considera-se pertinente avaliar a elevação da referida meta intermediária para 30%. Em relação à meta para o ano de 2030, estima-se um aumento de 50% dos projetos de cooperação internacional em que se destaca a participação de múltiplos atores.

Trabalha-se atualmente na construção de parcerias no plano federal por meio de projetos de cooperação descentralizada, fundamentais para a promoção de alianças entre cidades, municípios e províncias argentinas com instâncias governamentais idênticas de outros países. Destaca-se o “Programa Federal” mediante o qual se incentiva a produção de atividades de cooperação descentralizada entre diferentes agentes no âmbito subnacional. Por sua vez, além dos projetos de cooperação técnica bilaterais e triangulares, há participação ativa em várias plataformas multilaterais em âmbito internacional, como as Nações Unidas, a Secretaria Geral Iberoamericana (SEGIB), o Mercosul (Mercado Comum do Sul), a Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) e a Unasul (União de Nações Sul-americanas), cuja transcendência é notável em termos de criação de consenso regional, no desenvolvimento e na institucionalização da cooperação internacional e na construção de alianças entre diversos atores. A esse respeito, cabe destacar a realização da II Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA + 40), que será realizada em Buenos Aires, em março de 2019, com o objetivo de gerar debates sobre as tendências atuais da cooperação. Sul-Sul e triangular, de avaliar os progressos obtidos pela comunidade internacional de 1978

e de explorar novos desafios e oportunidades apresentados pela Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Articulação entre as organizações da sociedade civil, as organizações empresariais e os órgãos públicos nacionais na gestão de políticas públicas

Na Argentina, o modelo de formulação e gestão de políticas públicas responde ao paradigma da promoção de direitos que implica a participação de múltiplos agentes, o que explica uma definição local do público. Um exemplo disso é que, em 2017, 3.717 organizações intervieram em diferentes programas realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social da Nação.

Na jurisdição do Ministério do Desenvolvimento Social, encontra-se o Centro Nacional de Organizações Comunitárias (CENOC), que é o órgão da Nação responsável pela implementação e promoção de políticas públicas que facilitem o alcance da meta 17.17. Um dos indicadores definidos por esse organismo para responder a essa meta é a quantidade de organizações da sociedade civil (OSC) que atualizaram seus dados nas bases de dados do CENOC. O indicador mostra uma evolução favorável de 1.134 organizações registradas em 2015 para 1.327 no ano de 2017. As metas estabelecidas são registrar, em 2019, 2.230 organizações e, em 2030, 7.079.

No contexto nacional, quinze das vinte e quatro jurisdições que integram o país possuem uma repartição cujo objetivo é o relacionamento das instituições públicas com a sociedade civil. Por isso, desde 2016 o CENOC tem realizado encontros regionais com o objetivo de fortalecer as políticas públicas provinciais destinadas à promoção de uma agenda articulada com as OSCs e de promover e fortalecer o voluntariado social nas províncias como instrumento de participação solidária dos cidadãos em suas comunidades.

Criação de capacidades para aumentar a disponibilidade de dados oportunos, confiáveis, de qualidade, desagregados por renda, idade, sexo, condição migratória, deficiência, localização geográfica e outras características pertinentes ao contexto nacional.

O INDEC desenhou um Programa de Trabalho 2017-2020 apoiado em 5 pilares estratégicos:

- I. Fortalecimento da capacidade estatística
- II. Transformação Institucional
- III. Liderança sobre o Sistema Estatístico Nacional
- IV. Melhoramento das políticas de difusão.
- V. Reinserção Internacional

O orçamento atual dos anos 2016, 2017 e 2018 contempla importantes aumentos de gastos de pessoal entre *staff* próprio e serviços profissionais efetivados mediante convênios com as Direções Provinciais de Estatística no contexto do SEN (Sistema Estadístico Nacional). Para o ano de 2018, o Orçamento Nacional alocado ao INDEC tem previsão orçamentária tanto para o funcionamento do serviço estatístico como para a realização das tarefas vinculadas com a preparação dos seguintes censos: Censo Nacional Agropecuário, Censo Nacional Econômico e Censo Nacional de População, Habitação e Moradia. Além disso, foram previstas rubricas orçamentárias destinadas ao investimento em infraestrutura para proceder ao reequipamento tecnológico do Instituto.

Aproveitamento das iniciativas existentes para elaborar indicadores que permitam medir os progressos em matéria de desenvolvimento sustentável e complementar o produto interno bruto, e apoiar a criação de capacidade estatística no contexto social.

Os níveis de registro, tanto de nascimentos como de óbitos, excedem 95% em todo o país. Embora esses níveis sejam altos, esforços devem ser feitos para manter os níveis de cobertura atuais e melhorá-los.

Em relação aos indicadores Capacidade de registrar 100% dos nascimentos e Capacidade de registrar 100% dos óbitos, o INDEC vem realizando desde 1991 o Programa de Melhoria da Qualidade das Estatísticas Vitais e Registro Civil (PMEV, por suas siglas em espanhol), cujo principal objetivo é a implementação e manutenção de ações para melhorar a qualidade dos dados estatísticos sobre eventos vitais (nascimentos, óbitos, óbitos fetais e casamentos).

O INDEC recebeu a contribuição de dois programas com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (FONPLATA, por suas siglas em espanhol). Os objetivos específicos do programa do BID são: (i) fortalecer a capacidade estatística do INDEC, (ii) melhorar a coordenação entre INDEC e órgãos oficiais produtores de estatísticas integrantes do SEN, (iii) promover a transparência e a modernização em matéria estatística, (iv) apoiar o desenvolvimento de iniciativas fundamentais para o INDEC, tais como o Censo Nacional de População, Habitação e Moradia 2020, o Censo Nacional Econômico 2018 e a nova Matriz de Insumo-Produto, e (v) contribuir para a adequação do marco legal e institucional estatístico de acordo com os princípios aplicados nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por seu turno, o programa financiado pelo FONPLATA está associado a atividades relacionadas com a Pesquisa Nacional de Despesa Familiar (ENGHo, por suas siglas em espanhol), cujo objetivo é identificar a estrutura e as características da despesa de consumo final das famílias na República Argentina. Ademais, os resultados finais da ENGHo permitirão estimar a fonte de renda e sua alocação e, por sua vez, será utilizado posteriormente como entrada para o desenvolvimento de indicadores de diversas naturezas, incluindo aqueles para as Contas Nacionais, os Índices Preços ao Consumidor e medidas de pobreza para renda e indigência.

Vinculação ODS-orçamento

O orçamento reflete uma Despesa Acumulada (Executada) de \$2,119 bilhões para 2016 e de \$2,852 bilhões para 2017 visando o cumprimento das metas, o que significou um aumento anual na execução de 35% em valores atuais. Para o ano de 2018, aprovou-se um orçamento de \$2,347 bilhões, que representa 0,09% do total do Gasto Primário da Administração Pública Nacional e 0,02% do PIB projetado para o ano.

A Despesa Corrente aumentou sua participação percentual em 9,5 p.p. para o período analisado, passando de 86,4% em 2016 para 95,9% em 2018. O valor da Despesa Corrente é explicado principalmente pelo Programa 19 – Serviço Estatístico (37%) e pelo Programa 58 – Formulação e Coordenação de Políticas de Comunicações (36%) que preveem para 2018 gastos de \$825 e \$803 milhões, respectivamente.

Tabela 17.2. Gasto primário segundo metas específicas do ODS 17 (em milhões de pesos). República Argentina

| META | EXECUTADO 2016 | EXECUTADO 2017 | ORÇAMENTO 2018 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 17.17 Alianças eficazes | \$6 | \$5 | \$12 |
| 17.18 Capacidade em matéria de disponibilidade de dados | \$755 | \$1.121 | \$1.146 |
| 17.19 Capacidade estatística | | | |
| 17.8 Tecnologia da informação e das comunicações | \$288 | \$105 | \$907 |
| 17.9 Apoio Inter nacional | \$1.070 | \$1.622 | \$282 |

Fonte: Relatório de País, p. 237.

Observa-se que o Gasto Primário vinculado ao ODS 17 está orientado ao cumprimento da meta 17.18 Capacidade em matéria de disponibilidade de dados e da meta 17.19 Capacidade estatística, que representa 49% do Orçamento 2018 vinculado a este ODS.

A meta 17.9. Apoio Internacional para execução da despesa vinculada aumenta 52% no ano de 2017, e para o ano de 2018 cai 83% anualmente, devido a um encolhimento no orçamento previsto para o programa 92 – Cotas e Contribuições a Organismos Internacionais.

O texto completo do Relatório de País encontra-se disponível na página www.odsargentina.gob.ar. Pode-se baixar o texto completo e cada capítulo independentemente.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| INFORMAÇÃO SINTÉTICA SOBRE A REPÚBLICA DA ARGENTINA ----- | 5 |
| PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO PAÍS SOBRE OS ODS ----- | 15 |
| CONTEXTO MACROECONÔMICO NACIONAL ----- | 26 |
| ODS 6 ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS ----- | 38 |
| ODS 7 ASSEGURAR O ACESSO CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL, MODERNO E A PREÇO ACESSÍVEL À ENERGIA PARA TODOS ----- | 63 |
| ODS 11 TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS ----- | 83 |
| ODS 12 ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS ----- | 137 |
| ODS 15 PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE ----- | 157 |
| ODS 17 FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ----- | 187 |
| INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DAS METAS DOS 17 ODS DE NÍVEL I, LINHAS DE BASE, DADOS ATUALIZADOS, METAS INTERMEDIÁRIAS E FINAIS ----- | 239 |
| PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS ORIENTADOS ÀS METAS DOS 17 ODS ----- | 273 |
| AGRADECIMENTOS ----- | 366 |
| SIGLAS ----- | 372 |